



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**IZABELE DIAS DOS SANTOS**

**UM LUGAR ONDE MORAM E SE ESCONDEM OS LIVROS: AS  
BIBLIOTECAS ESCOLARES E A FORMAÇÃO DE LEITORES**

Presidente Prudente, SP  
2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

IZABELE DIAS DOS SANTOS

**UM LUGAR ONDE MORAM E SE ESCONDEM OS LIVROS: AS  
BIBLIOTECAS ESCOLARES E A FORMAÇÃO DE LEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Elianeth Dias Kanthack Hernandes.

Linha de Pesquisa: Processos formativos, ensino e aprendizagem.

Presidente Prudente, SP  
2018

Santos, Izabele Dias dos  
S237I Um lugar onde moram e se escondem os livros: as bibliotecas  
escolares e a formação de leitores / Izabele Dias dos Santos. -  
Presidente Prudente, 2018  
108 p.: fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente  
Prudente  
Orientadora: Elianeth Dias Kanthack Hernandes

1. Bibliotecas escolares. 2. Políticas públicas. 3. Formação do  
leitor. I. Título

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.  
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente  
Prudente.

Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Um lugar onde moram e se escondem os livros: as bibliotecas escolares e a formação de leitores

AUTORA: IZABELE DIAS DOS SANTOS

ORIENTADORA: ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dra. ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES  
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília

Prof. Dr. CLAUDIO MARCONDES DE CASTRO FILHO  
Departamento de Educação, Informação e Comunicação / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/ Campus de Marília

Prof. Dra. BERTA LUCIA TAGLIARI FEBA  
UNIESP / Faculdade de Presidente Prudente - Grupo Educacional

Presidente Prudente, 20 de agosto de 2018

Aos meus pais...

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me fortalecer durante todo o caminho. A Ele toda honra e toda glória!

Aos meus pais, Valdir e Roseli, que abdicaram de sua juventude e dedicaram suas vidas para que eu pudesse chegar até aqui. Sem seus apoio e compreensão nada disso seria possível.

A minha orientadora Professora Doutora Elianeth Dias Kanthack Hernandez por toda paciência e parceria na conclusão desse trabalho. Sua doçura e generosidade jamais serão esquecidas.

À Professora Doutora Renata Junqueira de Souza, orientadora inicial dessa pesquisa e de toda minha vida acadêmica, obrigada por me acolher no CELLIJ e trazer tanta coisa boa para a minha vida.

À Professora Doutora Marta Campos de Quadros, minha fada-madrinha que me trouxe esperanças e me fez acreditar em mim novamente. Essa conquista também é um pouco sua.

A Professora Doutora Berta Lucia Tagliari Feba e Professor Doutor Claudio Marcondes de Castro Filho por toda contribuição ao trabalho. Minha admiração pelos dois é grande e me sinto honrada por aceitarem o meu convite para a banca de qualificação e defesa.

A Divisão Municipal de Educação de Pirapozinho por nos abrir as portas das escolas e contribuir com a pesquisa.

A toda equipe do CELLIJ, por todos esses anos de estudos e parcerias, encontros e conhecimento. Não vou mencionar nomes, pois foram muitos que passaram e deixaram suas marquinhas, não quero esquecer ninguém.

A minha amiga bibliotecária e parceira de pesquisa, Fabiana Sala. Sua presença nesses quase três anos de pós-graduação foi fundamental, muito nos ajudamos e crescemos. Quero essa parceria por toda a vida.

A minha mãe-postiça, Juliane Motoyama, que tanto me ensinou e me fez crescer. Seus conselhos estarão sempre guardados.

As minhas amigas, presentes que a UNESP me deu: Edna Mara, Ana Laura e Gabriele, vocês tornaram esses anos de estudos mais leves e divertidos. Sorte é de quem tem um amigo.

A uma pessoa linda que surgiu como um anjo na reta final do trabalho me dando novas forças e inspiração. Brendo, sua paciência e companheirismo me ensinaram muito.

A toda minha família: tios, primos e avós. Eu nada seria sem vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Tendo a lei nº 12.244/2010 e os Parâmetros para Bibliotecas Escolares (GEBE/CFB/CRB) como base, esta pesquisa pretendeu analisar em Pirapozinho, uma cidade pequena do interior de São Paulo, como se organizam as bibliotecas nas cinco escolas públicas municipais de ensino fundamental – Ciclo I. O objetivo principal da pesquisa foi verificar se essas escolas têm bibliotecas escolares e, quando a possuem, se estão adequadas aos Parâmetros para Bibliotecas Escolares. A metodologia da pesquisa utilizada teve natureza qualitativa, objetivada em observação sistemática e não-participante. Os procedimentos de pesquisa incluíram a revisão bibliográfica do conhecimento produzido na área, como também a observação do funcionamento das bibliotecas, seus horários e suas regras e a identificação das ações de leitura no Projeto Político Pedagógico da escola. Também foram coletados dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas com os diretores das escolas e com os coordenadores pedagógicos, bem como da análise documental para analisar o Projeto Político Pedagógico de cada instituição. Os resultados nos mostram uma lei falha e inconclusa que deixa diversas lacunas e, por essa razão todas as escolas pesquisadas a cumprem. Considerando os Parâmetros para Bibliotecas Escolares temos um cenário diferente, no qual nenhuma das cinco escolas conseguem atender todos os seus indicadores.

**Palavras-chave:** Bibliotecas escolares. Políticas públicas. Formação do leitor.

## ABSTRACT

Having the law n. 12.244/2010 and the Parameters for School Libraries (GEBE/CFB/CRB) as a basis, this research was intended to analyze in Pirapozinho, a small city in the interior of São Paulo, how to organize the libraries in the five public schools municipal elementary school – Cycle I. the main goal of The research was to check whether these schools have school libraries and, when they do, if they are appropriate to the Parameters for School Libraries. The research methodology used was qualitative in nature, objectified in systematic observation and non-participant. The research procedures included a literature review of the knowledge produced in the area, as well as the observation of the functioning of libraries, their schedules and their rules and the identification of read actions in the Political Pedagogical Project of the school. Were also collected data through semi-structured interviews with school principals and pedagogic coordinators, as well as an analysis document to analyze the Political Pedagogical Project of each institution. The results show us a law, failed, and inconclusive, which leaves several spaces and for that reason all the schools surveyed the meet. Considering the Parameters for School Libraries we have a different scenario, in which none of the five schools are able to meet all of your indicators.

**Keywords:** School libraries. Public politic. Reader training.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estante de livros da escola Eva Furnari .....	64
Figura 2: Biblioteca da Escola Ruth Rocha .....	65
Figura 3: Biblioteca da escola Ana Maria Machado .....	66
Figura 4: Acervo da Biblioteca Ana Maria Machado.....	66
Figura 5: Cartaz elaborado por professor da Escola Ruth Rocha .....	85
Figura 6: Professora da escola Ruth Rocha apresentando os cartazes.....	86
Figura 7: Aluna da escola Ruth Rocha escolhendo a história .....	86
Figura 8: Professora durante a Sessão Simultânea de Leitura .....	87
Figura 9: Objetivos do projeto Biblioteca Circulante .....	88

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Sujeitos da pesquisa .....	21
<b>Quadro 2:</b> Presença dos indicadores dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares . .....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATP** – Assistente Técnico Pedagógico
- ATPC** – Aula de trabalho pedagógico coletivo
- CDD** – Classificação Decimal de Dewey
- CEALE** – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
- CELLIJ** – Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil
- CFB** – Conselho Federal de Biblioteconomia
- CENP** – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
- CRB** – Conselho Regional de Biblioteconomia
- DME** – Divisão Municipal de Educação
- FDE** – Fundo de Desenvolvimento da Educação
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GEBE** – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
- HTPC** – Horário de trabalho pedagógico coletivo
- INL** – Instituto Nacional do Livro
- MEC** – Ministério da Educação
- PCN** – Parâmetros Curriculares Nacional
- PIC** – Projeto Intensivo no Ciclo
- PNBE** – Programa Nacional Biblioteca da Escola
- PNLL** – Plano Nacional do Livro e Leitura
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PROLER** – Programa Nacional de Incentivo a Leitura
- SEB** – Secretaria de Educação Básica
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- UNESP** – Universidade Estadual Paulista

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 “Tá pronta Iza?” Não, primeiro vou contar a minha história.....	13
1.2 “Tá pronta, Iza?” Não, preciso contar sobre Pirapozinho.....	16
1.3 “Tá pronta, Iza?” Não, estou definindo os percursos.....	16
2. “TÁ PRONTA, IZA?” NÃO, PRECISO APROFUNDAR MEUS CONHECIMENTOS .....	23
2.1 Panorama da leitura e da biblioteca no Brasil .....	27
2.2 A leitura na biblioteca .....	34
2.3 As concepções acerca da formação de leitores na biblioteca escolar .....	37
3. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU LER A LEI 12.244/2010 .....	43
3.1 As políticas nacionais de leitura .....	45
3.2 A compreensão sobre a lei n. 12.244/2010 .....	51
4. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU VISITAR AS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS .....	55
4.1 Os indicadores dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares .....	57
4.1.1 Espaço físico .....	58
4.1.2 Acervo .....	63
4.1.3 Computadores ligados à internet.....	68
4.1.4 Organização do acervo .....	70
4.1.5 Serviços e atividades.....	73
4.1.6 Pessoal.....	75
5. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU LER UMA HISTÓRIA.....	81
5.1 As ações de leitura .....	82
“TÁ PRONTA IZA?” – SIM, TO PRONTA PRA RECOMEÇAR! .....	92
Referências .....	97
APÊNDICES.....	103

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto refere-se aos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Um lugar onde moram e se escondem os livros: a biblioteca escolar e a formação do leitor” desenvolvida sob orientação das Professoras Doutoras Renata Junqueira de Souza e Elianeth Dias Kanthack Hernandes. A pesquisa realizada está vinculada à linha “Processos formativos, ensino e aprendizagem” do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente/SP.

Uma pesquisa de mestrado ou doutorado é o resultado de muitas vivências e experiências que temos ao longo da vida<sup>1</sup>. Esta não é diferente, é sobre a paixão por bibliotecas que carregou desde a infância, esse espaço, considerado por mim, mágico. Mas, além de amar as bibliotecas (principalmente escolares), como toda criança, também sempre amei brincar. Na rua com os amigos, na escola com os colegas de classe, na casa da avó com os primos, as brincadeiras infantis estiveram presentes em minha vida até os 12 anos de idade, quando já considerada “mocinha”, ainda brincava de amarelinha e pular elástico<sup>2</sup> na calçada de casa.

Por essa razão, ao me deparar com a organização do meu trabalho, escolhi uma brincadeira infantil para compor os títulos dos capítulos. A brincadeira chama-se “Tá pronto, seu lobo?” e funciona assim: uma criança faz o papel de lobo e se mantém escondida, enquanto as outras dialogam com ela perguntando “Vamos brincar no bosque enquanto seu lobo não vem. Tá pronto, seu lobo?”, a criança que é o lobo vai inventando diversas tarefas, respondendo “Estou escovando os dentes”, “Estou penteando os cabelos”. A brincadeira continua até que o lobo esteja pronto, sai do esconderijo e corre atrás dos demais, quem for pego primeiro será o próximo lobo.

A escolha da brincadeira não foi por acaso. Apresento dois grandes motivos que justificam a presença desse jogo com as palavras. Primeiro: voltemos ao título “Um lugar onde moram e se escondem os livros...”, assim como Seu Lobo, os livros vivem escondidos em armários, estantes, caixas e prateleiras e, nunca estão prontos

---

<sup>1</sup> Nessa primeira parte – capítulo um – o texto estará em primeira pessoa do singular, pois trata-se de uma descrição do pesquisador e sua relação com o tema da pesquisa desde a infância.

<sup>2</sup> Brincadeira tradicional infantil, na qual utilizando, no mínimo, 2 metros de elástico de roupa e dado um nó, duas crianças em pé, frente a frente, colocam o elástico em volta dos tornozelos, formando um retângulo. Um terceiro participante faz uma sequência de saltos, pulando para dentro, sobre e para fora do elástico. O objetivo é fazer tudo sem tropeçar, aumentando o grau de dificuldade.

para serem usados. Em alguns casos são novos demais para dar às crianças, são muito bons para serem rasgados pelos alunos, os professores podem perder. Assim como Seu Lobo, diversas desculpas são dadas para atrasar sua “saída” do esconderijo, contudo, em algum momento Seu Lobo sai da toca e vai em direção aos demais. A pergunta que fica é: Quando seremos surpreendidos com os livros saindo do esconderijo?

Um segundo motivo da escolha é a própria vida da pesquisadora. Assim como todo pesquisador, inicio o estudo cheia de dúvidas, com várias lacunas a serem preenchidas e muita vontade de aprender. Por isso, coloco-me nos títulos sendo perguntada “Tá pronta, Iza?” e sempre respondo “Não”, pois uma pesquisa é uma construção demorada e nem sempre quando chegamos ao final temos todas as perguntas respondidas, por isso nos escondemos novamente e seguimos atrás das respostas.

Para entender os motivos da escolha do tema deste estudo, apresento, a seguir, um pouco da minha vida, desde o descobrimento do objeto livro na infância até início dos estudos sobre bibliotecas escolares durante a graduação.

### **1.1 “Tá pronta Iza?” Não, primeiro vou contar a minha história**

Para iniciarmos a conversa sobre bibliotecas sinto a necessidade de falar um pouco sobre mim, afinal, elas estão presentes na minha vida desde muito cedo e foi movida por essa paixão que cheguei até aqui.

Desde criança o objeto livro é algo que me fascina. Ainda muito nova, aprendendo a juntar as letras, lembro-me quando visitava a casa de minha tia e passava o dia mexendo nos seus livros de romance, livros grossos e de letras bonitas na capa, eles me encantavam, queria poder ler tudo, mas como ainda não conseguia, segurava-os o tempo inteiro e “brincava” de ler. Nessa mesma época, por volta dos seis anos de idade, eu estava cursando a pré-escola, minha sala tinha poucos alunos e era possível que minha professora desse um atendimento individual a cada um. Acredito que, por essa razão, até o final do ano a grande maioria dos alunos estava lendo e escrevendo bem. Para minha sorte eu era um desses alunos, lia com orgulho tudo o que via pela frente, queria mostrar a todos que agora eu também podia ler.

Foi ainda nessa época que a minha professora da pré-escola nos levou pela primeira vez à biblioteca e eu, tão pequena, me vi dentro de um lugar até então desconhecido, um lugar cheio de prateleiras lotadas de livros até o teto. Minha alegria foi instantânea, parecia que naquele momento eu já sabia que havia descoberto o grande amor da minha vida, o lugar que me traz paz e, futuramente, viraria motivo de estudos.

Cursei a pré-escola e o Ensino Fundamental I na mesma instituição que, na época, era mantida pelo governo estadual. Anos mais tarde houve a municipalização de todas as escolas de Ensino Fundamental I da cidade. A biblioteca dessa escola ficava em uma sala grande, cheia de estantes com livros velhos e novos, finos e grossos. Durante todo o Ensino Fundamental I frequentei a biblioteca, passava grande parte do recreio folheando os livros e toda semana levava um para casa. Tenho em minha memória um livro que li na 3ª série (4º ano) do ensino fundamental e jamais esqueci: “*A bruxa Salomé*” de Audrey Wood. A capa com tons escuros e crianças brincando mexia com minha imaginação, por isso levei esse livro para casa várias vezes.

Quando fui para a 5ª série (6º ano) do ensino fundamental tive que dar adeus a essa escola e, como uma boa frequentadora de bibliotecas fui correndo conhecer meu novo espaço de leitura. Para minha infelicidade era um lugar muito pequeno, bem menor que a da antiga escola, os livros estavam desorganizados e não era tão fácil visitá-la. Essa foi minha primeira frustração com uma biblioteca e, conseqüentemente, meu primeiro impulso a querer mudar essa realidade.

Apesar da desorganização e do pouco acesso, nos momentos que consegui visitar a biblioteca fui apresentada a uma escritora que me tornei grande fã: Lygia Bojunga. Seus livros foram meus companheiros por anos e, para a minha felicidade, na biblioteca da escola tinha a coleção completa, assim, fui lendo um a um.

Acho que eu já estava na 8ª série quando minha tia, aquela dos livros de romance da infância, ofereceu-me os seus livros para que eu pudesse ler nas férias escolares. Posso dizer que esse meu amor pelos livros e a leitura eu herdei dessa tia, pois meus pais não são o que chamamos de leitores assíduos, e da mesma forma os demais membros da minha família. A tia dos livros de romance e eu nos identificamos, por isso, ela passou a confiar a mim a chave do seu tesouro, nas férias, ela me

mandava todos os seus livros novos: romances, aventuras, contos de detetive e muitos outros.

Contudo, o momento mais significativo da minha vida escolar ainda estava para acontecer. Quando estava na 3ª série do Ensino Médio a escola pediu voluntários para ajudar na organização da biblioteca, quando ouvi essas palavras da coordenadora pedagógica no mesmo instante me ofereci para o trabalho, seria meu sonho organizar a biblioteca de modo que todos pudessem ter acesso. O trabalho era totalmente voluntário e acontecia no horário contrário ao das aulas, eu e uma colega de classe passamos várias tardes organizando as estantes, separando os livros e colocando tudo em ordem.

No meio de tanta desorganização fui descobrindo livros ótimos e gostaria que esses livros fossem para as mãos dos alunos. A partir desse momento começaram a surgir muitas dúvidas e também ideias na minha cabeça, eram ideias de projetos com os livros, formas de melhorar o funcionamento da biblioteca, eu estava descobrindo minha futura profissão, queria fazer diferente e mudar a minha realidade e de meus colegas, queria ser professora.

Dessa maneira, em 2011 ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP Campus de Presidente Prudente no período noturno. Não tive dúvidas de que havia escolhido o curso certo, porque a cada novo dia de aula me identificava ainda mais com a área da educação. Foi no 2º ano do curso de graduação que conheci o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil – CELLIJ – e, imediatamente, quis fazer parte do grupo de estudos, pois havia encontrado um lugar onde eu poderia estudar e pesquisar a minha paixão: bibliotecas escolares.

Durante os três anos seguintes da graduação fui integrante do projeto “Hora do Conto” e participei de pesquisas coordenadas pela Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza, como a intitulada “Literatura e Primeira Infância: dois municípios em cena e o PNBE (Programa Nacional de Biblioteca na Escola) na formação de crianças leitoras” em parceria com o grupo de pesquisa da Profa. Dra. Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto da Unesp de Marília, na qual pesquisamos as bibliotecas das escolas de educação infantil dos municípios de Presidente Prudente e Marília.



Todos esses anos no CELLIJ deram-me muita bagagem a respeito da biblioteca escolar, além disso, os estágios supervisionados vivenciados durante a graduação trouxeram-me questionamentos a respeito das bibliotecas das escolas municipais de Pirapozinho, minha cidade natal. Dessa maneira, foi surgindo meu projeto de pesquisa: algumas dúvidas colocadas no papel, leituras e mais leituras para poder delinear o meu problema de pesquisa e a metodologia que melhor se encaixava para conseguir as respostas que precisava. Logo, no momento de me inscrever para o processo seletivo da pós-graduação meu projeto não poderia ser outro.

## **1.2 “Tá pronta, Iza?” Não, preciso contar sobre Pirapozinho**

Importante pontuar que Pirapozinho é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, situada há cerca de 20 km de Presidente Prudente e conhecida por ter a maior festa junina do interior paulista. Localizado no oeste do Estado de São Paulo, este município compõe a 8ª Região Administrativa do Estado que contempla 53 municípios e que tem sede em Presidente Prudente, município sede da Universidade.

Com aproximadamente 26 mil habitantes, Pirapozinho possui 2940 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 626 alunos matriculados no ensino pré-escolar (educação infantil)<sup>3</sup>. A cidade tem uma área de 482,28 km<sup>2</sup>, e seu nome tem origem na língua Tupi-Guarani, sendo oriundo da palavra *pirapó* ou *pirapora*, que significa "lugar abundante em peixes que saltam". A cidade conta com cinco escolas municipais de Ensino Fundamental I e, por isso, todas fazem parte de nosso objeto de pesquisa.

## **1.3 “Tá pronta, Iza?” Não, estou definindo os percursos**

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo principal analisar como as bibliotecas escolares das escolas públicas municipais de ensino fundamental – Ciclo I - da cidade de Pirapozinho (SP) estão ou não buscando implementar suas bibliotecas de acordo com a lei nº 12.244/2010 e com os Parâmetros para Bibliotecas Escolares (GEBE/CFB/CRB).

---

<sup>3</sup>Fonte: Censo Escolar /INEP 2015.

Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Proceder ao levantamento bibliográfico, teórico e documental sobre o tema das Bibliotecas escolares no Brasil e suas contribuições para a formação de leitores;
- b) Analisar as políticas nacionais de implantação e implementação das Bibliotecas escolares e seus desdobramentos no município de Pirapozinho/SP;
- c) Coletar junto aos gestores escolares suas percepções sobre a função, a organização da biblioteca escolar e seu papel mediador na formação de leitores;
- d) Identificar e analisar as formas de organização das bibliotecas escolares, do município objeto deste estudo, bem como, sua contribuição para a formação do leitor no âmbito escolar;
- e) Mapear as ações e articulações que estão sendo planejadas para a utilização das bibliotecas escolares;
- f) Verificar se as bibliotecas escolares de Pirapozinho estão no nível básico ou exemplar, segundo os Parâmetros (GEBE/UFMG/CFB/CRB).

Dessa forma, trazemos a seguir os caminhos metodológicos traçados e percorridos para a realização da pesquisa a partir dos objetivos definidos.

Para atingir os objetivos traçados acima, utilizamos a abordagem qualitativa da pesquisa. A abordagem qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características de comportamentos” (RICHARDSON, 1999, p. 90 apud MARCONI, LAKATOS, 2005, p. 271).

Escolhemos alguns instrumentos de coleta de dados, um deles foi a análise documental (LAKATOS, MARCONI, 2005; GIL, 2002) dos Projetos Político Pedagógicos das cinco escolas municipais de Ensino Fundamental de Pirapozinho (SP). Tal instrumento será definido mais adiante no texto.

Para compreender como diretores e coordenadores pedagógicos dessas escolas entendem a biblioteca escolar escolhemos a entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 2011) e a observação sistemática e não participante (LAKATOS, MARCONI, 2005).

O principal instrumento para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Triviños (2011) define a entrevista semiestruturada como

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 2011, p.146).

Manzini (1990/1991) também afirma que a entrevista semiestruturada gera respostas mais livres, pois os entrevistados não estão presos a alternativas. Dessa maneira foi organizado dois roteiros de perguntas, um para as diretoras (**Apêndice I**) e outro para a coordenação pedagógica (**Apêndice II**). Os dois roteiros foram subdivididos em identificação do respondente, espaço e acervo, sendo que o roteiro do coordenador pedagógico contou com mais um subitem: mediação.

Toda a estrutura do roteiro, assim como as perguntas foram pensadas em conjunto com a orientadora da pesquisa, de maneira que os objetivos traçados inicialmente fossem contemplados nas respostas dos participantes.

O segundo instrumento utilizado na pesquisa foi a observação sistemática e não participante realizada nas cinco escolas municipais de ensino fundamental I de Pirapozinho/SP. Lakatos e Marconi (1986, p. 171) definem que “na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”.

Ludke e André (1986) também ressaltam que para realizar a observação, o pesquisador precisa ter os objetivos definidos para ir a campo. “Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade sem se desviar demasiado de seus focos de interesse” (p. 30). Portanto, a partir das entrevistas foi possível traçar alguns pontos que seriam observados nas bibliotecas das escolas.

Neste sentido, nossas observações pautaram-se em alguns critérios colocados tanto na lei nº 12.244/2010, como: a presença de uma biblioteca em todas as

instituições de ensino, um acervo mínimo contendo, pelo menos, um livro por aluno matriculado; a responsabilidade de cada instituição de ensino de ampliar esse acervo conforme a sua realidade, além dos esforços progressivos de cada sistema de ensino para que, dentro do prazo de dez anos, as bibliotecas escolares sejam realidade em todo o país; e como nos Parâmetros para Bibliotecas Escolares (GEBE/CFB/CRB), os quais estabelecem dois níveis de organização e funcionamento da biblioteca escolar, sendo o nível básico e o nível exemplar. Para essa pesquisa utilizamos os critérios do nível básico, sendo eles:

- um espaço físico exclusivo e acessível de até 100m<sup>2</sup>;
- assentos suficientes para uma sala inteira e usuários avulsos;
- um balcão de atendimento com computador e acesso à internet para uso do funcionário;
- um acervo compatível com o número de alunos, ou seja, o mínimo de um título por aluno, além de outros materiais de informação;
- um computador com acesso à internet para uso de alunos e professores;
- uma organização por catálogo, de maneira que facilite a localização de materiais;
- o oferecimento de serviços regulares de empréstimos domiciliares, atividade de incentivo à leitura e orientação à pesquisa;
- um bibliotecário responsável para o atendimento em todos os turnos em que a escolar estiver aberta.

Dessa forma, iniciamos a investigação a partir de uma visita às escolas municipais de Ensino Fundamental I de Pirapozinho. O objetivo dessa visita foi apresentar a pesquisa aos diretores e coordenadores pedagógicos, além de conhecer um pouco do ambiente da escola. Esse também foi o momento para agendar as entrevistas conforme a disponibilidade de horários de cada participante. Vale ressaltar que das cinco diretoras participantes, não foi possível o primeiro contato com duas, pois uma se encontrava em licença médica e outra estava assumindo o cargo naqueles dias e em seu lugar havia uma substituta.

As primeiras entrevistas ocorreram durante o mês de novembro de 2016, juntamente com o início das observações. As diretoras, bem como as coordenadoras

pedagógicas, mostraram-se dispostas a ajudar no que fosse necessário à pesquisa respondendo às perguntas e apresentando informações que foram além do roteiro planejado.

Vale ressaltar que em duas escolas as entrevistas tiveram que ser deixadas para o ano de 2017. Na escola Ruth Rocha o cargo da direção estava em transição, sendo ocupado por uma substituta e a titular assumiria no fim do mês de novembro. Entendemos, assim que, para a entrevista ser produtiva e gerar bons resultados, precisaríamos dar um tempo até que a nova diretora se inteirasse dos assuntos da escola. Na escola Ana Maria Machado a diretora passava por problemas de saúde e teve que se afastar do trabalho por um período, portanto a realização do contato e apresentação da pesquisa também foi adiado para o ano de 2017.

O terceiro e último instrumento de pesquisa foi a análise documental realizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) e demais documentos das escolas, buscando encontrar a presença de projetos de leitura ou o uso específico da biblioteca escolar.

Ludke e André (1986) definem a análise documental como uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, sejam complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (p. 38). Neste caso, a análise foi complementar às falas das diretoras e coordenadoras das escolas, a fim de se encontrar no documento oficial de cada escola, aquele que rege os princípios de cada unidade escolar, a presença ou não das funções da biblioteca escolar, bem como projetos específicos de fomento à leitura a ser desenvolvido na instituição escolar.

O PPP integra as escolas em todos os níveis de ensino e trata-se de “um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar” (LIBÂNEO, 2004, p. 151).

Para melhor identificação de cada participante da pesquisa, daremos nomes fictícios aos seus respondentes e também para às escolas. Para as cinco escolas colocaremos nomes de escritores da literatura infantil brasileira: Monteiro Lobato, Ziraldo, Eva Furnari, Ana Maria Machado e Ruth Rocha; para as diretoras identificamos como: D1, D2, D3, D4 e D5 - pois acreditamos que essa distinção possa

ajudar na compreensão do perfil dos sujeitos de nossa pesquisa. Por fim, as coordenadoras pedagógicas serão identificadas da seguinte maneira: C1, C2, C3, C4 e C5. Acrescentamos que escolhemos esse modelo de identificação para a manutenção do anonimato. Apresentamos no **Quadro 1**, a relação de participantes.

**Quadro 1:** Sujeitos da pesquisa

SUJEITOS DA PESQUISA	CARGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ESCOLA
D1	Diretora	Matemática e Pedagogia	Monteiro Lobato
D2	Diretora	Matemática	Ziraldo
D3	Diretora	Educação Física, Pedagogia e Especialização em gestão escolar	Eva Furnari
D4	Diretora	Magistério, Geografia, Pedagogia e especialização em avaliação do ensino e aprendizagem e psicopedagogia clínica e institucional	Ana Maria Machado
D5	Diretora	Magistério, Geografia, Pedagogia e especialização em gestão escolar e psicopedagogia clínica institucional	Ruth Rocha
C1	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia e especialização em psicopedagogia, neuropsicopedagogia e arte e educação	Monteiro Lobato
C2	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia	Ziraldo
C3	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia e especialização em psicopedagogia	Eva Furnari
C4	Vice diretora <sup>4</sup>	Magistério e Pedagogia	Ana Maria Machado
C5	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia e especialização em deficiência intelectual, gestão escolar e psicopedagogia	Ruth Rocha

**Fonte:** Organizado pela autora a partir de dados coletados nas escolas, em 2017.

Apresentada as origens dessa pesquisa e sua metodologia, trazemos a seguir, para que o leitor possa se situar, a organização dos capítulos que, assim se estruturam:

<sup>4</sup> No momento em que as entrevistas foram realizadas a escola não contava com uma coordenadora pedagógica, sendo que todo trabalho da coordenação estava sendo desenvolvido pela vice diretora há algum tempo, portanto a entrevista foi realizada com ela.

No primeiro capítulo, introduzimos o leitor na nossa pesquisa trazendo sua origem e sua relação com a vida da mestranda. Definimos os percursos metodológicos traçados para alcançarmos os objetivos e apresentamos os sujeitos da pesquisa.

Iniciamos nossa discussão – no segundo capítulo – trazendo um aporte teórico sobre a leitura. Devemos lembrar que em todos os capítulos buscamos fazer a relação teoria e prática a todo momento, ou seja, os dados coletados na pesquisa estarão presentes por todo o texto. Portanto, trazemos no segundo capítulo a importância da formação do leitor e a função da biblioteca escolar para as equipes gestoras. Além disso, traçamos um breve percurso histórico da biblioteca escolar no Brasil.

O terceiro capítulo aborda as políticas públicas de leitura no Brasil, fazendo um apanhado de algumas iniciativas governamentais para a promoção do livro e da leitura. Realizamos também uma análise da lei n. 12.244/2010 que universaliza as bibliotecas escolares no país.

Para o quarto capítulo, seguindo os Parâmetros para Bibliotecas Escolares elaborados pelo GEBE (Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar), analisamos os espaços encontrados nas escolas de Pirapozinho. As análises foram feitas partindo do nível básico de indicadores contidos nos Parâmetros.

No quinto capítulo deste trabalho buscamos abordar o último item dos objetivos traçados para a pesquisa: a mediação. Para que a formação do leitor aconteça no espaço da biblioteca escolar é necessário que haja um trabalho de mediação de leitura feito pelo professor, profissional responsável pela biblioteca ou até mesmo pelo próprio espaço, devidamente organizado, este pode ser um grande incentivador da leitura na escola.

Fechamos o texto com algumas considerações acerca deste trabalho que, consideramos não um ponto final, mas sim um ponto de partida para o desenvolvimento e para o fortalecimento das bibliotecas escolares do município de Pirapozinho. Feita a apresentação do nosso texto, partimos para o capítulo dois.

## 2. “TÁ PRONTA, IZA?” NÃO, PRECISO APROFUNDAR MEUS CONHECIMENTOS

Para a escolha do tema da pesquisa que deu origem a esta dissertação, partimos do pressuposto que o ensino da leitura não é tarefa de apenas uma disciplina ou de um único professor, mas é o eixo de todo o trabalho escolar. É importante ressaltar que a preocupação com a formação do leitor esteve sempre presente na história da educação brasileira, mas o conceito sobre “o que é o ato de ler” vem se modificando ao longo do tempo.

Hoje vivemos em uma sociedade em que a escrita ocupa um lugar central nas relações pessoais e profissionais, desafiando os indivíduos a se tornarem leitores de uma infinidade de gêneros textuais. Por isso, importa explicitar que o leitor experiente tem mais oportunidades de se posicionar neste mundo de cultura grafa, tão elitizado e seletivo a esse respeito.

É inquestionável que a aquisição dos conhecimentos leitores propicia ao homem, tanto o seu desenvolvimento individual, como sua inserção social, pois é pela leitura que dialogamos com tempos, espaços e contextos diversos. Entendemos que é por ela também que os alunos ampliam sua visão sobre o mundo e sua capacidade crítica e criativa na busca de transformações e construção do novo.

Segundo Kleiman (1989, p. 10), “leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados”. Nessa perspectiva, o texto é o resultante de uma interação entre o trabalho do produtor de texto (autor) que convida o leitor a atribuir sentidos ao que está sendo lido, a partir das referências dadas pelo autor.

Já para Foucambert (1994), a leitura significa questionar o mundo e construir novas respostas a partir do texto lido, integrando as novas informações às existentes anteriormente. Aproximando sua concepção com a de Freire (1994), Resende (1993) entende a leitura como abertura ao mundo que permite reinaugurar o que já era sabido.

Para Jouve (2002), a leitura pode ser definida como “uma atividade de antecipação, de estruturação e de interpretação” (p. 18). Para esse autor, o sentido que se tira da leitura “vai se instalar imediatamente no contexto cultural onde cada leitor evolui. Toda leitura interage com a cultura e os esquemas dominantes de um meio e de uma época”. (p. 22).



Nesta mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (2001, p. 53) apresentam o seguinte conceito sobre a atividade de leitura:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc.

O mesmo documento (BRASIL, 2001, p. 54) indica ainda que:

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade.

A importância de investimentos na formação do leitor evidencia-se quando analisamos os resultados da 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil realizada pelo Instituto Pró-Livro, publicado em março de 2016. Os dados divulgados permitem muitas reflexões, inclusive porque é possível reconhecer nas respostas obtidas, muitos comportamentos que são familiares a todos educadores que enfrentam o desafio diário de formar leitores no Brasil.

De acordo com os parâmetros utilizados nessa pesquisa, 44% da população brasileira não pode ser considerada leitora e, entre os motivos apresentados pelos respondentes, pode ser destacado o de “não gostar de ler”. Se considerarmos que um sujeito plenamente alfabetizado deve ser necessariamente um leitor pleno, experiente, que interage com textos em diferentes situações, que tem a capacidade de analisar as informações, distinguindo fatos de versões, fica justificada a centralidade do estudo da formação do leitor e do papel das bibliotecas escolares neste trabalho investigativo, a partir da realidade denunciada pela pesquisa do Instituto Pró-Livro.

Em um país onde mais de 80 milhões de pessoas se declaram não leitoras, faz ampliar a importância dos diferentes espaços culturais, especialmente das bibliotecas públicas escolares, com acervos diversificados e atualizados e, com estratégias pedagógicas que garantam o direito à leitura como política pública de Estado. Vale destacar que, na 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2015), apenas 14% dos brasileiros se referiram ao fato de frequentarem bibliotecas escolares para realizar atividades de leitura. Esse fato também reforça a iniciativa de proceder a uma

análise mais aprofundada sobre esses espaços dedicados à formação de leitores. Isto porque, segundo Silva (1998, p. 73):

[...] a leitura crítica, aquela que desvela, mostra e exige posicionamentos, pode colaborar significativamente na mudança de rumos, na saída do mundo da opressão e, conseqüentemente, na busca de uma vida mais feliz e produtiva em sociedade.

Segundo os autores acima citados, saber ler é condição que só se efetiva quando há acesso a livros e a outros bens culturais. Esse acesso, não deve ser compreendido como simples proximidade com os livros e/ou outros objetos culturais, mas como condição para que se realize em situações de práticas sociais reais significativas e plurais. Daí a importância da existência de espaços que sejam capazes de formar leitores experientes e autônomos.

Também é preciso considerar que a não familiaridade com as práticas sociais de leitura representa a privação de um direito que tem como consequência lacunas na formação dos sujeitos, principalmente com relação aos conhecimentos e às possibilidades que a cultura letrada oferece. Diante desse fato, nos últimos anos parece haver consenso entre os professores sobre a necessidade de oportunizar a leitura de livros literários aos alunos, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental. Assim, atividades como: leitura em voz alta, empréstimo de livros na biblioteca, projetos de contação de histórias, rodas de leitura, entre outras, estão sendo utilizadas, como demonstraremos no decorrer do quinto capítulo, para garantir que os alunos tenham contato com a literatura e, conseqüentemente, possam desenvolver competências leitoras.

É preciso esclarecer, a respeito das atividades de leitura que estão sendo oferecidas às crianças, que não basta oportunizar o acesso aos livros pra que o aprendiz se aproprie desse conhecimento e seja inserido na cultura letrada. Quando a preocupação dos implementadores de projetos de leitura está voltada prioritariamente para a ampliação do acesso, duas condições importantes na formação de leitores podem não estar sendo consideradas: a qualidade dos textos oferecidos e as possibilidades de interações que se estabelecem entre sujeitos (autores e leitores) e entre a língua e a linguagem possibilitadas nas diferentes situações de leitura.

Neste sentido, Lerner (2002) afirma que:

O desafio é formar os praticantes da leitura. [...] é formar pessoas desejosas de embrenhar-se em outros mundos possíveis que a leitura nos oferece, dispostas a identificar-se com o semelhante ou a solidarizar-se com o diferente e capazes de apreciar a qualidade literária. Assumir este desafio significa abandonar as atividades mecânicas e desprovidas de sentido, que levam as crianças a distanciar-se da leitura por considerá-la uma mera obrigação escolar (LERNER, 2002, p. 27-28)

[...] Ler é adentrar outros mundos possíveis. É questionar a realidade para compreendê-la melhor, é distanciar-se do texto e assumir uma postura crítica frente ao que de fato se diz e ao que se quer dizer, é assumir a cidadania no mundo da cultura escrita. (LERNER, 2002, p. 73).

Concordamos com os autores citados acima e reafirmamos aqui que a leitura não está destinada apenas à compreensão de conteúdos curriculares e nem deve ser vista apenas como facilitadora de atividades de estudos escolares. Partimos do pressuposto de que ela é, acima de tudo, uma prática cidadã, pois indivíduos que não tenham tido acesso ao capital cultural existente nesta sociedade letrada foi usurpado em seu direito básico de cidadania.

A plenitude de uma vida cidadã, em uma sociedade letrada, exige o gosto pela leitura, mas para gostar de ler, é preciso ler bem. Para ler bem, é necessário interagir, de maneira consequente, com várias formas de composição de textos, de diferentes gêneros (COSSON, 2014), bem como ter em mãos bons materiais de leitura, para serem vivenciados em situações que favoreçam um trabalho de (re)construção do sentido do texto.

O que estamos defendendo é, em primeiro lugar, que seja garantido aos alunos das escolas brasileiras a oferta de livros variados e de qualidade, utilizados didaticamente por educadores que planejem atividades que possibilitem a compreensão do que está escrito, seja de forma explícita e não explícita (nas letras e por trás das letras), fazendo relações entre a obra que está sendo lida e seus conhecimentos prévios. Também defendemos a oportunidade de vivenciar atividades de leitura que permitam desvelar os vários sentidos que podem ser atribuídos ao texto,

validando a leitura que está sendo realizada com base em pistas encontradas no próprio texto e em seu contexto.

Com base nas concepções sobre leitura apresentadas, entendemos que fica justificado o fato de termos como foco de nossa investigação o estudo das bibliotecas escolares, porque fica evidenciado que o nosso entendimento sobre a formação de leitores pressupõe um investimento significativo na construção de tempos e espaços comunitários de compartilhamento e troca de impressões acerca de obras lidas, com vistas à construção de percursos próprios na busca da autonomia e da maturidade leitora.

## **2.1 Panorama da leitura e da biblioteca no Brasil**

A palavra biblioteca significa “coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, para estudo, leitura e consulta” (FERREIRA, 2001, p. 97). Atualmente, essa coleção vem sendo modificada e ampliada a fim de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e de alcançar o maior número de leitores, estes por sua vez, estão se tornando cada vez mais leitores de tela ao invés de papel. Por isso a transformação do livro físico em e-book (livro digital) está cada vez mais comum.

No Brasil, as bibliotecas chegaram por volta do ano de 1549, e se instalaram, primeiramente em Salvador, Bahia. Nesse ano, foi instaurado o Governo-Geral e criaram-se então condições necessárias para a formação dos primeiros colégios franciscanos, carmelitas, beneditinos e jesuítas no Brasil. Esses colégios mantinham perto de seus conventos cursos superiores com bibliotecas modernas para a época. Dessa maneira os livros ficavam acessíveis a toda a comunidade e era permissivo o empréstimo dos livros através de uma licença. De acordo com Moraes (2006) as bibliotecas de tais conventos ofereciam ótimas obras que abrangiam todos os assuntos.

A maior das bibliotecas escolares do período, a do Colégio de Salvador, foi desenvolvida a partir das obras trazidas, em 1549, pelo padre Manuel da Nóbrega. No período quando os jesuítas foram expulsos do Brasil a coleção somava 15.000 volumes. (ANTUNES, 1999, p.1).

As escolas jesuítas estavam espalhadas por todo o Brasil, e suas bibliotecas contavam com grande número de obras. No colégio do Maranhão o acervo contava com 5.000 volumes, no Pará eram mais de 2.000 volumes no colégio de Santo Alexandre e no Rio de Janeiro eram mais de 5.400 volumes (MORAES, 2006). Em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, as bibliotecas sofreram um grande golpe. Muitos dos livros que pertenciam aos jesuítas foram vendidos como papel velho, roubados ou desviados.

Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens dos inicianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. (MORAES, 2006, p. 10).

Na segunda metade do século XVIII, o Marquês de Pombal proíbe a instalação de novos conventos no Brasil. Essa iniciativa atinge também as bibliotecas, visto que as bibliotecas conventuais era o único meio de cultura dos brasileiros da época. “Substituída pelos professores régios, a função dos conventos como centros de cultura e ensino começa a periclitlar” (MORAES, 2006, p. 24).

No entanto, no século XX, reformas educacionais começam a acontecer no Brasil e trazem na bagagem algumas menções a biblioteca escolar. Eggert-Steindel e Fonseca (2010) afirmam que durante as décadas de 1930 e 1940 a biblioteca escolar é contemplada nessas reformas de modo que, o gosto pela leitura fosse estimulado, além disso, a década de 1950 é considerada um marco para a criação das bibliotecas escolares no país.

Apesar do impulso às bibliotecas escolares desse período, algo de bastante preocupação é observado: a ausência de políticas nacionais que abordem especificamente a biblioteca escolar.

Essa ausência pode ser observada na Lei n. 4.024/1961 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1ª LDB (BRASIL, 1961) e na Lei n. 5.692/1971 que Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971) que são reconhecidas como dois grandes momentos na construção da história da educação nacional, mas em que as palavras livro, leitura e biblioteca sequer são mencionadas. (SALA e MILITÃO, 2017, p. 4671).

Mais tarde, nas décadas de 1990 e 2000, outras políticas começam a surgir em nível nacional fomentando a expansão das bibliotecas escolares, como a Lei nº 9394/1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) que veem a biblioteca como espaço de apropriação de cultura, um ambiente de aprendizado e de incentivo a formação do leitor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) cita ao longo dos seus dez volumes a importância da biblioteca dentro da escola e sua função de auxiliar na formação de leitores. Principalmente no segundo volume – Língua Portuguesa – a biblioteca escolar ganha destaque e tem sua função valorizada.

Ao tratar sobre o ensino da leitura, “dispor de uma boa biblioteca na escola” (BRASIL, 1997, v.2, p. 43) é o primeiro elemento citado para uma boa formação de leitores. Além disso, em exemplos de atividades de incentivo à leitura, a biblioteca aparece diversas vezes como possibilidade de trabalho.

Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros. Além dos materiais impressos que se pode adquirir no mercado, também aqueles que são produzidos pelos alunos — produtos dos mais variados projetos de estudo — podem compor o acervo da biblioteca escolar: coletâneas de contos, trava-línguas, piadas, brincadeiras e jogos infantis, livros de narrativas ficcionais, dossiês sobre assuntos específicos, diários de viagens, revistas, jornais, etc. (BRASIL, 1997, v.2, p. 61).

Como podemos ver a qualidade e diversidade do acervo também é citado no PCN como sendo de grande importância para o trabalho com a leitura. Mais do que isso, é papel da escola também organizar critérios de seleção de materiais para que haja um mínimo de qualidade, além de orientar aos alunos quanto à organização e ao funcionamento desse espaço. Essas ações vindas da escola e, conseqüentemente, dos professores “deve possibilitar ao aluno o gosto por frequentar aquele espaço e, dessa forma, o gosto pela leitura”. (BRASIL, 1997, v.2, p. 61).

No volume seis – Artes – a biblioteca também é citada como um lugar de busca de informações em acervos organizados, para que os alunos se desenvolvam e tenham a capacidade de

Buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, dispositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas). (BRASIL, 1997, v.6, p. 54).

Como podemos ver, é bastante clara a presença da biblioteca escolar dentro dos PCN, pontuando sua importância na formação de alunos capazes de pesquisar e conseguir informações, disseminar a cultura e valorizar a leitura. Contudo, “a opção da escola por um projeto educativo, conforme proposto no documento, vai exigir investimentos na biblioteca, de forma que ela não constitua um órgão sem vida dentro do organismo escolar, mas seja colocada no centro da ação pedagógica”. (CAMPELLO, SILVA, 2000, p. 67).

Campello (2008, p. 17) ainda ressalta que “os PCN reconhecem que a biblioteca é fundamental para o desenvolvimento de um programa de leitura eficiente, que forme leitores competentes e não leitores que leiam apenas esporadicamente”. Portanto, o PCN se torna aliado da biblioteca escolar quando a apresenta em suas diversas faces – como formadora de leitores, mas além disso – formadora de cidadãos questionadores, capazes de selecionar e discutir informações.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) surge também em 1997 como uma ferramenta para ampliar os acervos das bibliotecas das escolas. Executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em conjunto com a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o seu objetivo era a promoção do acesso à cultura e incentivar a leitura de alunos e professores com a distribuição dos acervos de literatura, pesquisa e referência.

Para a aquisição e distribuição dos acervos do PNBE, o FNDE é o responsável por elaborar e publicar o edital que estabelecerá as normas para inscrição e avaliação dos livros. Com as inscrições das obras, a primeira etapa para seleção é a triagem coordenada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que faz a verificação dos aspectos físicos e editoriais dos livros, eliminando as obras que não atendem as normas, por exemplo, um dos critérios observados pela triagem é o número de obras inscritas, pois em cada edital é

determinada a quantidade máxima de livros inscritos por editora. (BRANDÃO, 2017, p. 18819).

Após a triagem, os livros são avaliados por uma instituição pública de ensino superior que faz a avaliação pedagógica. Entre os anos de 2006 e 2014 o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi o responsável por essa avaliação. A partir daí, os livros que não cumprem as normas exigidas no edital são excluídos e os selecionados são encaminhados aos pareceristas que também devem seguir os critérios estabelecidos em edital.

Dessa maneira, com a avaliação dos pareceristas é organizado uma lista com os títulos selecionados para que o FNDE inicie a negociação e contratação das editoras, determinando o quantitativo da tiragem de cada livro. Por fim, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que distribui os livros diretamente das editoras às escolas, no caso das instituições localizadas nas zonas rurais os acervos são entregues os acervos são entregues nas secretarias municipais de educação ou prefeituras, que serão as responsáveis pela chegada dos acervos às escolas rurais. (BRANDÃO, 2017, p. 18820).

Os livros do PNBE tiveram sua distribuição interrompida em 2015. Durante os 18 anos de vigência do programa, diversas modificações ocorreram em suas funções e características. Inicialmente, os livros foram destinados às escolas de ensino fundamental II – 5ª a 8ª séries (6º ao 9º ano) – e nos anos seguintes passou-se a organizar da seguinte maneira: nos anos pares os livros iam para a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos; nos anos ímpares eram o Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Podemos observar diante desse cenário histórico das bibliotecas escolares do Brasil, que seu início e sua trajetória contaram com boa estrutura física, sendo localizada inicialmente, dentro de escolas religiosas e com amplo acervo. Contudo, percebemos que no decorrer dos anos esse espaço foi se perdendo e ficando cada vez mais esquecido por parte dos governantes e das escolas. Há a necessidade de políticas que sustentem a promoção e o funcionamento da biblioteca escolar, pois em muitas instituições de ensino esse espaço é visto apenas como um lugar para guardar os livros. Falta a tomada de consciência de diretores, professores, alunos e funcionários de que biblioteca é espaço de formação humana e apropriação de cultura.



Conforme apontam pesquisas (SILVA, 1978; MILANESI, 1986; GEBPE-DF, 1986) poucas cidades brasileiras têm uma biblioteca pública, e as que possuem estão em estado de abandono, funcionam em condições precárias. O mais interessante é que incluem nessas pesquisas cidades como São Paulo, Campinas e Brasília, consideradas com alto padrão de desenvolvimento.

Apesar dessas pesquisas datarem de quase 40 anos atrás, continuam com dados bastante atuais e pertinentes, visto que a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” do ano de 2016<sup>5</sup> nos mostra que 36% dos seus respondentes afirmam não existir Bibliotecas públicas em sua cidade e 9% não sabem ou não responderam. O número é ainda mais alarmante quando a questão é com que frequência vão à Bibliotecas, 66% responderam não ir a nenhum tipo de biblioteca.

Assim, temos a impressão de que, no Brasil, a biblioteca escolar é concebida como dispensável para o processo de educação formal, o que representa um perverso equívoco diante das reduzidas taxas de escolarização mínima obrigatória que ainda nos acompanham e das elevadas taxas de analfabetismo que teimam em permanecer entre nós, constituindo-se, elas mesmas, em forte obstáculo ao uso de bibliotecas. (SILVA, 2003, p. 47).

Em sua essência “a biblioteca deve dar suporte à formação de leitores, estimular a pesquisa e o compartilhar de ideias, pois este local é parte integral do processo educativo, conforme o Manifesto da Unesco/IFLA”<sup>6</sup> (MACEDO, 2005, p. 173). Além disso, deve estar organizada de maneira que possibilite o fácil acesso, manuseio e pesquisa por toda comunidade escolar.

Dentre tantas dificuldades, é possível encontrar algumas bibliotecas escolares, públicas, universitárias e outras, tentando se modernizar e adaptar as novas tecnologias oferecidas pelo mercado. Algumas bibliotecas para não perder o seu espaço estão se adequando a essas novas tecnologias disponibilizando materiais para leitura em documentos online, e-books (livros digitais), DVDs e CDs.

---

<sup>5</sup> Total de respondentes da pesquisa: 201. 020. 101.

<sup>6</sup>As siglas significam “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization” em português “Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura” e “International Federation of Library Associations and Institutions”, em português “Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias”.

Diversos planos de governo são feitos para a promoção da leitura, da compra de livros e sua distribuição. Mas as ações governamentais, muitas vezes, ficam apenas na compra e distribuição.

Conforme nos afirma Paiva (2006, p. 150),

Ocorrem com menor frequência, ainda, as ações que viabilizam a formação de professores e de profissionais que atuam nas bibliotecas escolares para o reconhecimento do potencial do material disponibilizado e suas possibilidades educativas no cotidiano escolar, em especial, na sala de aula e na biblioteca.

Os profissionais que trabalham na biblioteca escolar poderiam vir a ser mediadores da leitura, incentivando as crianças a manusearem e lerem os livros. No entanto, em muitos casos não há o reconhecimento da importância da leitura e da biblioteca por parte desses profissionais, o que a deixa em estado de abandono. Em grande parte do país, a pessoa responsável pela biblioteca escolar é um professor readaptado, afastado da sala de aula por problemas de saúde. Estes, muitas vezes, não querem trabalhar com a biblioteca, mas é o que lhes resta.

O ideal seria que esses profissionais fossem, de fato, envolvidos no processo de mediação de leitura e para isso, recebessem uma formação para esse trabalho. O livro intitulado “Como usar a biblioteca na escola: Um programa de atividades para o ensino fundamental” traz um guia prático para professores, de atividades didáticas que podem ser realizadas na biblioteca. O trabalho é baseado na obra da educadora norte-americana Carol Kuhlthau (2006) e foi traduzido e adaptado para o Brasil por Bernadete Santos Campello e seus pesquisadores. O objetivo dessas atividades é ensinar às crianças de maneira lúdica e educativa como se localizar dentro da biblioteca (localização de livros, empréstimos, pesquisas), além de desenvolver habilidades para lidar com a informação, praticar a narração de histórias e habilidades de leitura e pesquisa para trabalhos escolares. Todas as atividades são explicadas com detalhamento, oferecendo também possíveis materiais a serem utilizados. As sugestões de atividades têm por base propostas contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Temos, então, um problema recorrente, principalmente nas escolas públicas: o descaso com a biblioteca escolar. Na maioria das instituições, elas estão sempre fechadas ou em reformas e os livros estão empilhados em caixas totalmente fora do

alcance dos alunos. De que vale as ações do governo se não há o reconhecimento da própria população escolar diante desse espaço?

Sem dúvidas, os programas de distribuição de livros como o PNBE são essenciais para os acervos das escolas, mas, além disso, é essencial também que esses livros estejam disponíveis para a utilização dos alunos. É necessário criar na escola uma consciência literária, para que professores vejam nos livros um recurso de auxílio no aprendizado de seus alunos, além de um formador de cidadãos críticos, proficientes na leitura em qualquer veículo.

A inserção dos estudantes no mundo dos livros pode ser feita de diversas maneiras, o professor precisa reconhecer as particularidades da sala e assim apresentar a eles possíveis leituras, um exemplo são as relacionadas com o seu cotidiano. Um estudante que se encontra no personagem principal do livro, possivelmente, tomará gosto pela leitura, ou pelo menos, procurará outros livros do mesmo gênero.

Além disso, inserindo livros no cotidiano dos estudantes exige-se e exercita-se um reconhecimento próprio do mundo dos livros. “Aprender a ler é também compreender o sentido e as convenções desse universo, bem como as convenções do corpo, dos gestos, dos ambientes e as possibilidades trazidas pelos livros.” (SILVA; FERREIRA; SCORSI, 2007, p. 56).

A partir desse panorama histórico da biblioteca escolar, trataremos a seguir das políticas públicas destinadas ao livro, leitura e biblioteca escolar. Conceituando o que é política pública, traremos em uma perspectiva mais geral, as ações realizadas até o momento para a promoção da leitura, principalmente, a lei n. 12.244/2010 que veio universalizar as bibliotecas dentro das escolas.

## **2.2 A leitura na biblioteca**

Sabemos que o ensino e a prática da leitura não devem ocorrer somente dentro da sala de aula, a biblioteca deve ser colocada como o principal espaço para a formação do leitor.

Concebe-se a formação do leitor como um processo possível de ser desenvolvido em sala de aula ou no espaço da biblioteca, com um

acervo diversificado, em um ambiente organizado e dotado de uma programação de leitura animada (...). (SILVA, FERREIRA e SCORSI, 2009, p. 51).

Nanci Nóbrega (2002) conceitua a biblioteca como um espaço de produção de sentidos e, dessa forma, saímos em defesa da biblioteca escolar como o espaço de leitura e de formação de leitores que, como nos lembra Lopes e Balça (2013) é de crucial importância para a democratização da leitura num país que ainda tem números alarmantes de analfabetos. Os autores também apontam que é “no papel fundamental da biblioteca, que consiste na formação de leitores com consciência crítica, os quais podem se transformar por meio da leitura, e adquirir novas práticas e representações sobre o que acontece ao seu redor, abrindo novos horizontes e perspectivas” (LOPES e BALÇA, 2013, p. 143).

Um espaço bem organizado, com iluminação adequada, arejado influencia no gosto pela leitura desde a Educação Infantil, na qual os pequenos estão, na maioria das vezes, tendo seu primeiro contato com o livro e o universo da leitura. Nessa faixa etária, segundo Balça (2006) as estantes precisam ser mais baixas, a materialidade do livro diversificada, pois alguns ainda têm dificuldade em folhear as páginas em papel comum. Mesas e cadeiras pequenas também devem compor esse ambiente, pois assim a criança poderá sentar para “ler” o livro escolhido. A mesma organização pode ser feita nas séries subsequentes, fazendo com que o espaço da biblioteca seja sempre adequado à faixa etária que a escola atende, fazendo com que, dessa maneira, o espaço da biblioteca seja um agente mediador na formação do leitor.

A biblioteca também é citada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do primeiro ciclo do Ensino Fundamental “como entidade essencial para o trabalho com ensino e aprendizagem da língua materna devido à possibilidade de uso de textos autênticos” (FEBA e VINHAL, 2013, p. 176). O documento ainda ressalta a importância dos materiais diversificados presentes na biblioteca e, que também é importante a orientação aos alunos quanto à sua organização e distribuição do acervo, além dos empréstimos e consultas em diferentes materiais.

É função da biblioteca escolar dar suporte à formação de leitores, incentivando a pesquisa e o compartilhar de ideias, uma vez que este local faz parte do processo educativo, pois na biblioteca existem informações de todas as áreas do

conhecimento (CARVALHO, 2008). Nos livros está condensada toda a essência humana, suas experiências e descobertas, “por isso, o contato do aluno com o livro é uma das maneiras de confrontá-lo consigo mesmo, com os diferentes e ou iguais a ele, o que contribuirá para seu amadurecimento psicológico e intelectual”. (SILVA, 2009, p.116).

Infelizmente, o que constatamos na maioria das escolas é a ausência desse espaço que fica em segundo plano nas ações e projetos escolares. Há escolas que dizem ter biblioteca, mas esta fica em uma sala pequena, sem ventilação, iluminação e, muitas vezes, os livros dividem espaço com outros materiais. Essa falta de local adequado para o funcionamento da biblioteca não é recente, muito pelo contrário, é algo recorrente em estudos que datam de 40, 50 anos atrás, portanto, é histórica. “A realidade brutal é a de que na escola, instituição culturalmente organizada para ensinar a ler, existe apenas um espaço reconhecido para isso – a sala de aula” (ARENA, 2009, p. 160).

Arena ainda elenca situações diversas, nas quais as bibliotecas escolares se encontram, são problemas em relação à acervo, mobiliário e mão-de-obra, sendo elas:

- Livros, porque os programas governamentais têm alimentado as escolas anualmente, sejam estaduais ou municipais;
- Ausência de livros e de espaço físico;
- Espaço físico com mobiliário, mas não o professor de biblioteca;
- Espaços adequados, mas com utilização fragmentada por horários pré-agendados;
- Salas fechadas e livros guardados, sem agendamentos;
- Espaços à espera de uma reforma. (ARENA, 2009, p. 164).

Outro ponto de grande importância da biblioteca escolar que é ignorado pelas autoridades é a presença do bibliotecário, profissional com graduação em Biblioteconomia, especializado para organizar esse espaço e fazer a mediação de leitura com os discentes. O bibliotecário é substituído pelo professor readaptado, este doente e afastado das suas funções na sala de aula, em algumas vezes, sem formação nenhuma para este trabalho e sem paciência para lidar com o ambiente, fazendo com que os alunos se afastem da biblioteca. São poucos os casos em que o professor readaptado faz um trabalho diferenciado de mediação de leitura, tornando

o espaço da biblioteca mais agradável e frequentado pelos discentes. Trataremos mais sobre o profissional presente na biblioteca no capítulo quatro.

Almeida Júnior e Bortolin (2009) nos lembram que o espaço da biblioteca escolar precisa ser visto como um ambiente de formação de leitores e pesquisadores, sendo o profissional, bibliotecário ou professor readaptado, responsável por criar ações de leitura e pesquisa com um clima de liberdade e ludicidade. Essa mediação se faz ainda mais importante em escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois temos o pequeno leitor em formação, descobrindo o mundo das letras e o universo literário, fazendo-se necessário que o mediador de leitura aproxime a criança do texto, lembrando que o espaço da biblioteca é seu aliado na leitura.

Além disso, o profissional precisa estimular a criatividade e a responsabilidade nas ações do leitor, estar disponível ao diálogo e atento às preferências de cada um, além da disponibilidade de estabelecer relações com os professores visando, dessa forma, benefícios para o ensino-aprendizagem dos educandos. “(...) Devemos assumir a mediação de uma maneira mais reflexiva, de forma a promover no mediando alterações na cognição, na afetividade, na forma de comunicação e na interação social” (ALMEIDA JÚNIOR e BORTOLIN, 2009, p. 211).

Em contrapartida, temos ações governamentais que buscam potencializar a formação do leitor na distribuição de livros literários e periódicos para formação do professor-leitor. Diversas reivindicações dos bibliotecários também fizeram surgir políticas a favor da biblioteca, tentando dessa maneira, garantir o espaço ausente nas escolas. Temos como exemplo a lei n. 12.244/2010 e outras políticas públicas.

### **2.3 As concepções acerca da formação de leitores na biblioteca escolar**

Nas datas agendadas comparecemos às escolas com os roteiros das entrevistas, gravador de áudio e caderno de bordo para anotações. Iniciamos na escola Ziraldo, seguida das escolas Monteiro Lobato, Eva Furnari, Ana Maria Machado e Ruth Rocha.

No roteiro de entrevistas das diretoras colocamos duas questões em momentos distintos sobre o papel da biblioteca escolar, primeiro na escola como um todo e segundo direcionando para a formação do leitor. Obtivemos as seguintes respostas.

#### **Diretora D4**

##### Pergunta 1

P: E sua visão sobre o papel da biblioteca ou sala de leitura dentro da escola, a importância?

D4: Essencial, essencial. Me recordo com muita alegria os primeiros livros que eu li, quando eu era criança eu gostava muito de ler, meus pais não tinham condição nenhuma e a minha mãe uma certa vez, ela comprou um pequeno livro chamado “O grilo... o grilo falante”, pequenino, verdinho e de capa dura, eu amava aquele livro, eu lia e relia aquele livro, porque era o que eu tinha disponibilidade naquele período, logo no momento em que eu consegui, descobri a mágica da união das letrinhas... eu lia e relia, porque eu queria ver é... diferentes finais, diferentes histórias com o mesmo livro, eu não tinha essa possibilidade que hoje as nossas crianças têm, isso quantos e quantos anos atrás, de ter essa possibilidade de tá, que tem o mesmo espírito que eu, de tá buscando livros diferentes, quando a gente começou ter mais acesso a questão da sala de leitura naquele período, nossa.... era um livro atrás do outro, a coleção vagalume inteirinha, amo coleção vagalume, e acho até interessante trabalhar com os quintos anos a coleção vagalume, então por conta dessa.... dessa paixão que eu tenho pelos livros eu vejo assim de essencial, vital e de suma importância uma sala de leitura dentro da unidade e isso tem que ser estimulado, procuro passar isso ao meu corpo docente e também, por tabela, pros meus alunos pra que eles tenham essa paixão também, que eles olhem pro livro e vejam o livro ou qualquer... livro, revista, jornal, qualquer meio como parceiro, como um lugar ali que ele está colhendo conhecimento, porque ele é conhecimento, é você tá se integrando às coisas que estão acontecendo a sua volta, você tá tendo conhecimento de um mundo... agora, como você vai desenvolver isso em uma criança tão pequena da mesma maneira que era, que minha mãe sempre falava assim pra mim, me recordo com saudade da minha mãe “Filha, lê, quem sabe muda o final”, porque ela não tinha condições de comprar outro e como ela sabia que eu amava ler ela sempre dizia isso, então você calcula quantas vezes eu não li o livro por dia... (risos) é um livro pequenino, pequenino de poucas folhas, então por isso que eu falo esse sentimento de amor a leitura, ele tem que ser desenvolvido desde pequeno.

##### Pergunta 2

P: Bom, e pra finalizar eu te pergunto o papel da.... a importância do papel da.... biblioteca, do espaço da sala de leitura/biblioteca na formação da nossa criança leitora?

D4: É aquilo.... eu vou ser repetitiva, tá, pra mim é essencial, e assim ... como eu vejo essa situação, eu pego assim pelo meu próprio filho é.... pelo contato que eu tenho com as outras crianças aqui dentro da unidade com os relatos que eu escuto, eles ficam

principalmente assim, quando eles tem a possibilidade de entrar lá com o professor ou quando eles estão sozinhos, eles veem um mundo magico ali dentro.... é lindo você olhar uma criança dentro da biblioteca, ele não sabe onde ele vai, fica assim perdidinho, né, porque ele quer pegar tudo, ele não dá conta de pegar tudo, quer pegar tudo, e isso é muito muito interessante, porque aquele livro e aquele livro é mais legal do que esse livro, porque aquele livro é mais bonito, porque esse tem mais colorido, porque esse tem mais pagina, esse tem menos pagina, então tudo isso, toda essa pré-leitura ou antes da leitura é desenvolvido dentro deles.... e é tão lindo vê uma criança tendo esse contato mais próximo, começando a desenvolver esse respeito, esse carinho pelo ato da leitura, porque é essencial, é necessário isso tudo, e assim, se a criança ela não tem esse contato proximo com a sala de leitura, obviamente, que ela não vai se interessar, obviamente que ela não vai nem querer saber, porque assim se ela... se o professor chega dentro da sala de aula e eu trago lá pra cada aluno, eu tenho vinte alunos, eu levo lá vinte e dois exemplares, supõe-se, só vai ver aquela limitação, mas será que pra turma dele eu só tenho vinte e dois livros, eu não tenho mais? Aquilo ali foi escolha do professor, qual a escolha da criança? Isso tem que ser respeitado, então é.. pra mim é essencial, essencial a escola, é vital, você precisa aprender aprendendo, viver vivendo, né, e é assim que funciona.... como é que eu posso falar de uma coisa se eu não tenho a prática dela, se eu não vivo ela, eu tenho que viver, tenho que sentir, se eu não fizer isso eu não vou conseguir e minha criança por tabela também não, então é isso.

### **Diretora D3**

#### Pergunta 1

P: E qual é a sua visão sobre o papel da biblioteca na escola?

D3: Ah importantíssimo, eu acho que... assim é... você fica muito triste quando vê que uma escola não tem, né, então não adianta uma escola fazer um trabalho de incentivo à leitura sem ter uma biblioteca, né, então eu acho assim, é fundamental a biblioteca na escola, a gente sempre tentar manter da melhor forma possível.

#### Pergunta 2

P: Bom e agora pra gente terminar, qual a sua opinião sobre o papel da biblioteca, do espaço biblioteca ali, pra formação do leitor, da criança leitora?

D3: Bom, vou ser repetitiva, né, porque eu já falei isso, é fundamental, o incentivo à leitura pra formar o aluno leitor, né. O espaço físico é como eu disse, tem que ser chamativo, ser adequado pra faixa etária das nossas crianças, porque as crianças não, mas todo mundo é muito visual, né, a primeira impressão é visual, então tem que ter aquela vontade de ficar naquele ambiente, né, então tem que ser vários atrativos pra você chegar... fazer uma leitura



prazerosa, né, sem ficar com obrigação.... então o espaço físico, o espaço da biblioteca é muito importante... a meu entender, né, eu acho que a escola de modo geral tem que ser, tem que ter um atrativo, né, tem que ser bem bonita assim, tem que passar aquela imagem... porque o visual atrai bastante, né... então o jeito que você tá levando aí, o que você leva é o que você vai apresentar, né, então eu acho que tem que começar por aí, bonita, arejada, é... com atrativos pra nossa faixa etária, né, que é diferente do que pra uma pessoa que já tem a leitura como... já enxerga a importância da leitura, os nossos... estamos criando um aluno leitor, né, então tem que começar pela sala de aula, assim, uma série de procedimentos, né, alguns a gente consegue com sucesso, a gente tem que falar, né, que alguns a gente consegue cem por cento que não consegue, se não tentar uma aparência melhor. Ta bom?

### **Diretora D1**

#### Pergunta 1

P: Bom, e qual é a sua visão sobre o papel da biblioteca na escola, a importância de uma biblioteca na escola?

D1: Ah acho que tem toda uma função social, fora o entretenimento e também é um incentivo à leitura, porque a gente vê, olha, vou falar assim particular, a minha filha, não sei se foi porque sempre ela me viu em meio de livros, até pra estudar pra preparar aula, né, antes de ser, antes de fazer parte da direção, minha filha gosta muito de ler, até eu brinco com ela, falo "Isadora, esse mês vai ser só duzentos reais com livro, heim, pelo amor de Deus", porque se deixar ela consome livro de tanto que ela gosta de ler, então eu acho que assim, muitas das nossas crianças, estou falando da minha escola, não tem isso em casa, não tem nem aquele livro mais aquele livro de 1,99, então a gente poderia oferecer isso ai pra esses alunos e incentivando e gosto, né, pela leitura, o hábito da leitura, o hábito de estudo que infelizmente os nossos alunos ainda não tem. Ou não digo não tem, mas são, é a minoria, é a minoria que tem, de trezentos e... trezentos e vinte e pouco, trezentos e trinta alunos, acho que falar que dez por cento tem acesso a esse tipo de leitura diferenciada assim.

#### Pergunta 2

P: Eu perguntei sua opinião do, da biblioteca na escola e agora o espaço da biblioteca, o espaço próprio pra formação do aluno, eu queria saber qual é a sua opinião sobre a escola tem um espaço próprio de biblioteca na formação do, do leitor, a importância disso?

D1: É o gosto pela leitura e é o acesso igual eu te falei também, porque muitas crianças só tem isso na escola, onde que é oferecido isso? Na escola, principalmente as, as escolas que são de bairro, né, de periferia, a criança não tem esse acesso em casa, né, então onde é

oferecido pra ela? Na escola, se a escola não tem... como que você vai cobrar, como que o professor vai trabalhar isso na sala de aula cobrando a leitura, é difícil.

#### **Diretora D5**

P: Bom, eu gostaria de saber sua opinião sobre o papel da biblioteca na formação do leitor, da criança leitora?

D5: A meu ver é fundamental, porque nem todas as crianças tem em casa, muitos a única coisa que eles veem de leitura é bula de remédio, não tem um gibi, não tem uma revista, não tem um livro, muitos o primeiro contato com o livro mesmo, propriamente dito, se dá na escola, então é extremamente importante, é fundamental que haja isso. E mesmo o professor apropriando a leitura diária, já incentivando a criança a entrar no universo da leitura, esse é o caminho, essa é a porta que se abre para que desperte o interesse das crianças. E aí a partir do momento que eles vão a uma biblioteca e que não é só aquele livro que o professor lê todos os dias no início da aula, ele vê aquele universo de livro, isso é o chamariz para que a criança se torne leitor, assim como vários outros aspectos que não se restringe a não somente a isso, a você oferecer a você dar o exemplo, também tem que incentivar. A gente sabe que a nossa parcela aqui de contribuição pra isso é a maior, só que também em contrapartida aqueles que tem um respaldo em casa eles se desenvolvem, desenvolve a leitura com muito mais facilidade, é isso.

#### **Diretora D2**

P: Qual a sua opinião a respeito do papel da biblioteca na formação do pequeno leitor?

D2: Estimulo a leitura é válido, espaço é importante, organização. Comparado a uma loja, bom espaço para separar, deixar tudo a mão da criança, espaço para sentar e ler.

Ao perguntarmos às diretoras sobre o papel da biblioteca dentro da escola esperávamos obter respostas diversas, dentre elas esse espaço como um lugar de cultura e disseminação da informação, um espaço de múltiplas aprendizagens, formador de pesquisadores, etc. No entanto, tanto na pergunta 1 como na pergunta 2 as diretoras falam da biblioteca escolar como espaço de leitura, acesso aos livros e somente isso. Os demais âmbitos da biblioteca não são mencionados.

A diretora D1 inicia sua fala com uma visão ampliada da biblioteca “*Ah acho que tem toda uma função social, fora o entretenimento*”, mas logo retorna ao aspecto da formação do leitor sem aprofundar sua primeira afirmação.

Apesar do foco do nosso trabalho ser a formação de leitores, esperávamos encontrar nas diretoras uma visão mais esclarecida sobre a biblioteca escolar e, o que vemos, é uma hegemonia de opinião.

Essa visão se confirma quando repetimos a pergunta sobre o papel da biblioteca na escola às coordenadoras pedagógicas. Da mesma maneira das respostas das diretoras, na fala das coordenadoras vemos se repetir as palavras livros, leitura, formação do leitor. Mais uma vez, nenhuma coordenadora cita outras funções para a biblioteca.

Além disso, relatam que muitas crianças não têm acesso aos livros em casa e é somente na escola que esse material é ofertado, portanto essa pode ser uma justificativa para enxergarem a biblioteca como o espaço somente dos livros e da formação do leitor.

### **3. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU LER A LEI 12.244/2010**

A biblioteca escolar, espaço de informação, formação e cultura, deveria fazer parte da totalidade das escolas brasileiras, pois auxilia na formação do leitor e, conseqüentemente, na formação de um cidadão crítico, capaz de selecionar informações e reivindicar seus direitos. Infelizmente, o que temos é a quase inexistência desse espaço dentro das instituições de ensino do país, principalmente nas públicas. Silva (2009, p. 118) afirma que “(...) as [escolas] que possuem, não a exploram como deveriam, usam-na apenas como depósito de livros, sem uma organização pedagógica, sem integrá-la ao projeto educativo na escola”. Em outros casos, os livros dividem espaço com vassouras, redes de vôlei, bolas e carteiras quebradas ficando, assim, inutilizáveis.

Desde 1984, o governo federal na figura do MEC lança programas com o intuito de distribuir livros às escolas públicas e, dessa forma, fomentar o uso da biblioteca. Foram programas como o Proler, Programa Nacional Sala de Leitura, Pró-leitura que tinham entre seus objetivos o acesso ao livro a toda comunidade, à formação de professores leitores e suporte para sua prática em sala de aula. Em 1997, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que distribuiu livros de literatura desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, passando também pela Educação de Jovens e Adultos.

Como vemos são políticas de distribuição de livros que não tiveram continuidade, somente o Proler permaneceu em alguns municípios, mas com recursos externos ao MEC. A política de distribuição não garante o espaço da biblioteca escolar e a formação do leitor, pois através de pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil (CELLIJ/UNESP) entre os anos de 2012 e 2014 na cidade de Presidente Prudente e Marília, ambas do interior de São Paulo, foi possível constatar que em várias instituições de educação infantil os livros distribuídos pelo PNBE se encontram em caixas guardadas nas salas dos diretores, sendo o acesso restrito até aos professores.

Corrêa, Feba e Souza (2016) afirmam, a partir dessa pesquisa, que somente a distribuição feita pelo PNBE não é suficiente para suprir as necessidades de leitura de uma escola, considerando que cada acervo é composto por 25 títulos diferentes e

entregues a cada dois anos. É necessário recorrer a outras maneiras, como a compra direta de livros citada por 34,5% das escolas participantes.

Desse modo, é necessária uma política pública que garanta uma biblioteca em todas as escolas, tanto públicas quanto privadas, com espaço adequado, acervo e, principalmente, um profissional habilitado para seu funcionamento: o bibliotecário. A partir de reivindicações da classe bibliotecária, surgiu a lei n. 12.244 aprovada em 2010, a qual universaliza a biblioteca escolar em todas as instituições de ensino do país.

Para iniciarmos as discussões acerca das políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar, é necessário conceituar o termo política pública que, segundo Secchi (2012, p. 2) “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. (...) Uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública”. O autor segue pontuando que dois elementos fundamentais definem a política pública, como a “intencionalidade pública e resposta a um problema público” (p. 2), ou seja, quando um problema atinge o coletivo, gera mobilidade na sociedade, este é razão para tratar e estabelecer uma política pública.

Souza (2006) assevera que não podemos dizer que existe uma única definição para este termo, muito pelo contrário, diversos pesquisadores da área definem política pública de diferentes maneiras.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Abad (2008) afirma existir dois sentidos quando se fala em política. O primeiro é a luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade; o segundo trata a política como programa de ação governamental com sentidos mais técnicos e administrativos.

O autor ressalta que esses dois sentidos estão relacionados entre si e, segue explanando que a política pública “representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, frente a uma situação. (...) É a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado (...). A política pública, ao mesmo tempo que se constitui numa decisão, supõe uma ideologia social, esteja ela explícita ou não na sua formulação” (ABAD, 2008, p. 14).

Para este estudo nos pautaremos na definição de Secchi (2012), a qual trata a política pública como resposta a um problema coletivo anunciado, neste caso o problema é reivindicado pelos bibliotecários que trazem a falta de bibliotecas bem estruturadas e em pleno funcionamento nas escolas em todo o país. À essa reivindicação surge a lei n. 12.244 assinada em maio de 2010, a qual trataremos com mais profundidade no decorrer desse texto.

### **3.1 As políticas nacionais de leitura**

A biblioteca escolar, apesar de historicamente esquecida e desvalorizada pela comunidade escolar (SILVA, 2003), não foi totalmente ignorada pelas políticas e ações governamentais, sendo lembrada em diversos documentos, mesmo que de maneira tímida.

Podemos iniciar citando a década de 1930, quando no Brasil o cenário era de mudanças políticas, econômicas e culturais. É institucionalizado o primeiro órgão a efetivar “(...) políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA, 1994, p. 17). Em 21 de dezembro de 1937 criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL) pela iniciativa do ministro da educação Gustavo Capanema. “Verifica-se que a biblioteca escolar, nas décadas de 30 e 40 do século XX está incluída nesse processo de reforma educacional, principalmente construindo uma valorização educativa e de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como finalidade prioritária a intensificação do gosto pela leitura” (SILVA, 2011, p. 495).

Mais políticas vão surgindo ao longo do tempo e vamos nos atentar a um detalhe: tais políticas visam, principalmente, a distribuição de livros literários ou didáticos para alunos e professores da rede pública de ensino. A biblioteca, por sua

vez, aparece nessas políticas de forma implícita, insinuando que, com a distribuição dos livros, as bibliotecas terão acervo para funcionar. Contudo, somente “funcionar” não é o objetivo da biblioteca escolar, conforme assinala Rosa e Oddone (2006, p. 184) “Não basta ter acesso, é fundamental que, ao longo da sua formação escolar, o indivíduo seja estimulado à prática da leitura. Caso contrário, o livro não cumpre sua função (...)”.

Diante de baixos índices de leitura no Brasil constatados por pesquisas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA<sup>7</sup>) e Retratos da Leitura no Brasil de diversos anos (2001, 2008, 2011, 2015), “percebe-se a necessidade de políticas públicas de leitura capazes de dinamizar o uso da biblioteca e do livro, possibilitando o acesso à leitura, à escrita e a outros bens culturais” (GUIMARÃES, 2010, p. 42). No entanto, essa preocupação não é recente, como veremos a seguir, pois ações por parte do governo vem sendo realizadas objetivando o incentivo ao uso da biblioteca e o acesso ao livro.

Nos decretos n. 10.623/1977 e n. 11.625/1978, a biblioteca escolar aparece como apoio técnico-pedagógico das atividades de alunos e professores. Esses decretos estabelecem a biblioteca como o centro de leitura e orientação de estudos, sendo essencial para a cidadania.

A partir da década de 1980, começam a surgir programas de incentivo à leitura por parte do governo federal. Entre 1984 e 1987 vigorou o Programa Nacional Sala de Leitura que, tinha como objetivo compor e ambientar as salas de leitura das escolas com envio de acervos e recursos. Vale ressaltar que, este programa priorizava salas de leitura e não a biblioteca escolar, tanto que, nas escolas do Estado de São Paulo temos, ainda hoje, a denominação “Sala de leitura” em substituição à biblioteca escolar.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler – surge por meio do decreto n. 519 no ano de 1992. Este é vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e tem por objetivo promover o interesse pela leitura e escrita, além de promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e articulação de ações de incentivo à leitura. No mesmo ano, o MEC firma parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação, universidades e a embaixada da França, criando o Pró-Leitura para a formação do

---

<sup>7</sup> A sigla significa “Programme for International Student Assessment”.

professor (GUIMARÃES, 2010). A meta do programa era a formação de professores leitores e o estímulo a prática leitora na escola, além da criação de salas, cantinhos de leitura e biblioteca escolar.

No ano de 1994 surge o Programa Nacional Biblioteca do Professor que trabalhava em duas linhas de ação: a aquisição de acervos bibliográficos e a produção de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Este programa teve seu término em 1997, mesmo ano que foi instaurado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que objetivava a democratização do acesso às obras de literatura infantil e juvenil, além de materiais de pesquisa e referência aos professores e alunos. É preciso destacar também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, ambos contemplam a biblioteca escolar como espaço de aprendizado e estímulo à leitura, como já mencionado anteriormente.

Temos então vários programas já executados, alguns se repetem em seus objetivos e nas suas ações, mas nenhum se perpetua no seu trabalho. A grande marca das políticas educacionais brasileiras é a descontinuidade. A cada troca de governo temos novas políticas surgindo em detrimento das política já existentes. “Uma política pública não se reduz a uma política de governo que muda a cada gestão/mandato, sendo, portanto, descontínua. Uma política pública deve ser vista como uma política de estado, que se insere dentro de um plano de metas e se efetiva com recursos regularmente liberados, para mantê-las em pleno funcionamento” (FERREIRA, 2013, p. 08).

Conforme Teixeira (2002), nossas bibliotecas escolares não precisam só de bons acervos, mas também de um trabalho de formação e conscientização dos educadores e governantes sobre a sua importância para a qualidade do ensino.

[...] a biblioteca escolar pública brasileira carece, inclusive, de compreender o seu papel dentro da escola, onde se vê que é preterida nas discussões orçamentárias e concorre com a merenda escolar por alguns poucos vinténs. Por mais bem intencionada que seja, nenhuma política pública governamental será capaz de dotar as escolas públicas brasileiras de um número razoável de livros enquanto não for ampliada a dotação orçamentária do ensino. Portanto, tem-se que pensar em ações duradouras e mais abrangentes. (TEIXEIRA, 2002, p. 373).



Em uma perspectiva maior, em 1999 na 30ª Conferência Geral da UNESCO é aprovado o Manifesto Unesco/Ifla para biblioteca escolar. Este é um dos mais importantes documentos sobre o assunto, que enfatiza que as bibliotecas escolares devem proporcionar conhecimentos e ideias fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, desenvolver nos educandos competências para um aprendizado constante e contínuo, assinalado por Campello (2005) como o espaço que tem a função de desenvolver nos alunos a capacidade de aprender a aprender ao longo de toda a vida.

Em 2003 foi sancionado o Plano Nacional do Livro que estabelecia em suas diretrizes promover e incentivar a leitura e apoiar a circulação do livro. “Porém, apesar dos decretos, manifestos e programas de incentivo à leitura, o que se percebe no Brasil, é que o foco principal dos programas citados, tem sido a promoção e distribuição de livros, muitos deles desconsiderando o espaço da biblioteca escolar” (GUIMARÃES, 2010, p. 46).

Em substituição ao Plano Nacional do Livro, surge o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) implantado em 2011, porém, suas discussões se iniciaram em 2006, com foco em uma política pública voltada, além do incentivo à leitura e ao livro, também a biblioteca e a formação do mediador de leitura. Uma de suas metas é zerar o número de municípios sem biblioteca no país.

Partindo de reivindicações e lutas da classe bibliotecária, em 2010 é aprovada a lei n. 12.244 que universaliza as bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país, tanto públicas quanto privadas. Analisaremos, a seguir, a lei e seus desdobramentos desde a sua promulgação. Para tanto, é necessário iniciar a discussão rememorando um projeto de lei n. 3549/00 que dispunha sobre a universalização das bibliotecas escolares, no entanto, esta lei não foi aprovada. Em seus artigos, essa lei conceituava biblioteca escolar, definia o mínimo de quatro livros por aluno matriculado, delegava aos sistemas de ensino a ampliação do acervo, a contratação de bacharéis em biblioteconomia para sua supervisão e demarcava ainda, uma prazo de dez anos para seu cumprimento.

Como podemos ver, esse projeto de lei é muito parecido com o que foi aprovado em 24 de maio de 2010, na lei n. 12.244. Algumas pequenas mudanças foram feitas, como veremos a seguir.

O projeto de lei feito pela deputada federal Esther Grossi e apresentado em plenário, inicialmente no ano de 2000 é o n. 3549. Esse projeto é fruto de repetidas denúncias ao longo dos anos, realizadas por toda a classe bibliotecária do país, que reclamava a falta de bibliotecas nas escolas. Além disso, foi executada também uma campanha iniciada na década de 1990 pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) e passado depois para o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a qual levava o título “Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público” e tinha como objetivo mobilizar a sociedade e dirigentes governamentais para a necessidade de se ter bibliotecas em todas as escolas do país (CAMPELLO, 2016).

Contudo, o projeto não foi aprovado de imediato. Após diversas modificações, o texto é arquivado e desarquivado e levado a várias votações, sendo que ao final de nove anos e oito meses ele é, finalmente, aprovado e publicado no Diário Oficial da União transformado na Lei Ordinária 12.244/2010.

A lei “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, e o seu artigo 1º indica que as instituições de ensino públicas ou privadas contarão com bibliotecas escolares. Cabe lembrar que instituições de ensino são aquelas pertencentes à Educação Básica e a Educação Superior, sendo que na educação básica, o nível que não seria contemplado na obrigatoriedade, segundo o artigo, seria a Educação Infantil, por serem instituições de educação, e não de ensino. (OLIVEIRA, 2013, p. 81).

A lei conta com quatro pequenos artigos que tratam pontualmente da universalização das bibliotecas nas escolas do país. No seu primeiro artigo determina que todas as instituições de ensino do país contarão com bibliotecas, “fica claro que o Governo pondera a necessidade da constituição de bibliotecas escolares, por reconhecer porque parte considerável das escolas não possui bibliotecas de forma efetiva (...)” (SILVA, 2011, p. 504). O artigo segundo define biblioteca escolar como “(...) a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

Além disso, traz um parágrafo único exigindo o mínimo de um livro por aluno matriculado. Vemos nesse parágrafo a supervalorização do livro como única exigência de suporte documental. Além disso, o número mínimo de livros por aluno sugerido pelo Manifesto Ifla/Unesco é de dez livros, no projeto de lei n. 3549/00 esse número é

reduzido para quatro e então cai para somente um livro por aluno na lei aprovada. Os artigos 3º e 4º dão o prazo de dez anos, a partir da publicação da lei, para que todas as escolas se regularizem respeitando a profissão do bibliotecário, conforme a lei 9.674/98 que dispõem sobre a referida profissão.

Como podemos observar, a lei deixa diversas lacunas e não prevê qualquer tipo de punição para as instituições de ensino que não cumprirem seu prazo. Silva (2011) ressalta que a lei deveria ser mais detalhada nas características da biblioteca, seu plano organizacional e educativo.

Campello et al (2016), analisando publicações acadêmicas sobre a referida lei, afirma que “(...) a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem” (CAMPELLO et. al, 2016, p. 54). As produções também ressaltam que, foram ignorados os avanços já existentes sobre o tema, como as diretrizes da Unesco/IFLA e o Conselho Federal de Biblioteconomia. Nas palavras da lei o acervo é visto como o foco, pois é definido um título por aluno e isso significa que a coleção terá diversidade de obras. “Indiretamente isso contribui para reforçar a noção de que o livro didático para uso do aluno não é material do acervo da biblioteca” (CAMPELLO et. al, 2016, p. 55).

Vamos ressaltar aqui o artigo segundo que define o que é biblioteca escolar. Na letra da lei, uma biblioteca é coleção de livros e apenas isso, não há menção alguma sobre espaço físico ou estrutura. Do jeito que se define, toda escola tem biblioteca que é uma coleção de livros, esteja ela em caixas guardadas ou em estantes expostas aos alunos.

A lei n. 12.244/2010 é claramente uma lei omissa e inconclusa. Da forma que se apresenta, ela está efetiva em todas as escolas públicas do país, pois todas receberam ao menos uma caixa dos livros distribuídos pelo PNBE, ou seja, todas têm uma pequena coleção de livros.

Ao longo dos seus quatro artigos, ela não apresenta caminhos para implementação e nem oferece subsídios para que seja efetivada, torna-se uma lei somente para dizer que existe, para acalmar os ânimos de quem a solicita há anos. Podemos chamá-la de política de papel que, assim como tantas outras, são feitas somente para cumprir protocolos, sem a intenção de que seja realmente cumprida.

Portanto, de acordo com a lei n. 12.244/2010, todas as escolas de ensino fundamental I de Pirapozinho possuem uma biblioteca.

### 3.2 A compreensão sobre a lei n. 12.244/2010

Ao que se refere à realidade encontrada em nossa pesquisa, em entrevistas com as diretoras das instituições parceiras da investigação, ao serem questionadas sobre a existência da lei, elas trazem um discurso muito semelhante: a grande maioria afirma já ter ouvido falar da lei, mas não tem conhecimento aprofundado do que ela trata. Somente uma diretora (D2) alega desconhecer a lei n. 12.244. As coordenadoras pedagógicas trazem uma fala diferente: C1, C2, C4 e C5 afirmam não conhecer a lei, somente C3 já ouviu falar sobre o assunto.

No entanto, em todos os discursos fica claro que há um desconhecimento do que seja a lei e seus artigos, como podemos observar:

**Coordenadora C3**

**Pesquisadora (P):** É, bom, falando da lei de novo, né, você já ouviu falar dessa lei 12.244?

**C3:** Não, sobre biblioteca não, não conheço.

**P:** Não sabia que existia uma lei sobre biblioteca escolar?

**C3:** Não, sim, não especificamente o número da lei...

**P:** Mas você já ouviu falar que existe uma lei?

**C3:** Sim, sim.

**Coordenadora C5**

**Pesquisadora:** Bom, a lei, essa lei que eu disse a 12.244, você já ouviu falar dela, tem algum conhecimento?

**C5:** Não.

**Coordenadora C2**

**Pesquisadora:** E essa lei 12.244 você já tinha ouvido falar dela?

**C2:** Não.

**Vice-diretora C4**

**Pesquisadora:** Bom, a lei, né, a lei 12.244, você já ouviu falar dela?

**C4:** Não, eu to sabendo dela agora.

**Diretora D3**

**Pesquisadora:** Eu acho que eu comentei com você dá outra vez que eu vim que nós temos uma lei que universaliza as bibliotecas escolares que é a lei 12.244 que foi aprovada em 2010, você já ouviu falar dessa lei?

**D3:** Eu ouvi, mas não conheço assim a integra da lei, né, não tenho conhecimento, não.

**P:** Mas já ouviu algo...

**D3:** Já. Já.

**Diretora D1**

**Pesquisadora:** Tá, bom, desde 2010 nós temos uma lei federal que universaliza as bibliotecas escolares, tanto em escola pública e municipal, você já ouviu falar nessa lei?

**D1:** Já, de vez em quando a gente comenta assim em reunião, né, que existe essa lei, mas eu acho que é uma lei que tá ainda assim no papel, né, acho que tem que dar mais ciência, (...).

**Diretora D5**

**Pesquisadora:** Bom, o que baseia a minha pesquisa também é uma lei federal que foi aprovada em 2010 que dispõe sobre as bibliotecas escolares, né, a universalização das bibliotecas escolares no país. Essa lei é a 12.244 e ela tem um prazo de 10 anos para ser cumprida. Você já ouviu falar sobre essa lei, já viu ela em algum lugar, ela já te foi apresentada?

**D5:** Eu já ouvi falar, não tenho ela nas mãos pra poder falar contigo, mas eu tenho conhecimento da existência dela sim.

Precisamos ressaltar que a lei n. 12.244/2010 é o resultado de anos de luta e reivindicações dos bibliotecários de diversos setores. Portanto, temos essa lei como o produto das vozes de um setor interessado no assunto. O desconhecimento da lei por parte da equipe gestora pesquisada é somente o reflexo do baixo valor que é dado à biblioteca dentro da escola. Viana (2014) ressalta a ausência de outros segmentos

da sociedade na busca pela efetivação da lei e afirma que há vários fatores que colaboram para esse distanciamento, como a falta de relação entre a escola e a biblioteca, bem como a falta de clareza sobre a natureza da sua função.

Portanto, segundo a autora, é necessário que haja uma mobilização dentro das secretarias de educação municipal para que as equipes gestoras de todas as instituições escolares tenham ciência da existência da lei e, mais ainda, se organizem para que ela seja efetivada. Como afirma Castro Filho e Coppola Júnior (2012, p. 39) “(...) cabe à comunidade escolar, aos professores, aos bibliotecários, reivindicar a aplicação desta lei, de forma a impedir que seja esquecida e suprimida por outros interesses (...)”.

Perguntamos às diretoras e coordenadoras a possibilidade do município se adequar à lei dentro do prazo estipulado, ou seja, o ano de 2020. Todas compartilham da mesma opinião afirmando que é possível essa regularização, desde que haja o apoio de todos os envolvidos, profissionais da educação e prefeitura municipal.

Ainda, no mesmo ano de 2010, o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) juntamente com o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) elaboraram os Parâmetros para Bibliotecas Escolares: “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento”, que se constitui num referencial para a qualidade das bibliotecas de escolas públicas e privadas do país. O referencial é flexível para que todos possam analisar as possibilidades para a instalação de uma biblioteca escolar buscando implementá-las.

A origem do documento partiu do *Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público* lançado pelo Sistema CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) e CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia) no ano de 2008. “Nesta ocasião, o CFB buscou parcerias para desenvolver as ações propostas no Projeto Mobilizador, que pudessem embasar o objetivo de dotar as escolas brasileiras com bibliotecas de qualidade, que contribuíssem efetivamente na formação de crianças e jovens” (CAMPELLO, 2010, p. 07).

Dessa forma, o GEBE acolheu a proposta de parceria e começou a trabalhar nos parâmetros para criação e avaliação das bibliotecas escolares. O início do

processo de elaboração foi um estudo da situação das bibliotecas escolares do país. A partir daí “o GEBE pode definir o que é uma biblioteca escolar brasileira e (...) apresentar indicadores que apontam níveis a serem alcançados, dependendo da vontade e das possibilidades de cada escola em investir na sua biblioteca” (CAMPELLO, 2010, p. 08).

Segundo o documento, para a elaboração dos parâmetros foram definidos alguns pontos que designam uma biblioteca escolar como um dispositivo informacional que tem um espaço físico exclusivo e que acomode o acervo; diferentes ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnicos e administrativos. Além disso, é necessária a presença de materiais informacionais variados, não apenas livros, de acordo com as necessidades dos usuários, e que esses materiais estejam organizados de acordo com normas padronizadas, de modo que facilite a busca.

O acesso à internet também faz parte dos pontos que definem uma biblioteca escolar, além de que ela funciona também como um espaço de aprendizagem sendo administrada por um bibliotecário qualificado e com equipe preparada para fornecer os serviços à comunidade escolar (CAMPELLO, 2010).

#### **4. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU VISITAR AS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS**

A seguir, apresentamos os indicadores elencados no documento do GEBE/UFMG juntamente com a realidade encontrada em cada escola. Cada elemento citado é de extrema importância para um bom funcionamento do espaço da biblioteca escolar e faz diferença quanto ao aprendizado adquirido dentro desse espaço.

A pesquisa contou com a participação das cinco escolas de ensino fundamental I do município de Pirapozinho e, julgamos necessário fazer uma breve apresentação das características de cada escola para que haja melhor compreensão do contexto que estamos tratando.

A escola Monteiro Lobato foi inaugurada no ano de 2005 e é a mais nova instituição de ensino fundamental do município. Localizada em área periférica, seus alunos são, em maioria, de baixa renda e usuários de auxílios governamentais. Estão surgindo novos bairros adjacentes à escola, portanto sua clientela está aumentando a cada ano. De acordo com o Censo Escolar do ano de 2016, a escola conta com boa estrutura física e é adaptada para atender alunos com deficiência e mobilidade reduzida.

A biblioteca também aparece nos dados da escola e, como já dito anteriormente, é um espaço improvisado pela equipe gestora, pois na sua estrutura não há uma sala designada para isso.

A escola Ziraldo é uma das mais antigas da cidade. Seu público é composto por crianças de renda média e baixa. Seu prédio é bem antigo e conta com salas de aulas grandes, apesar disso, todas possuem ar-condicionado. Em entrevista à diretora da escola, ela afirma que sua unidade não possui biblioteca ou outro espaço semelhante, contudo, nos dados do Censo/2016 vemos a presença da sala de leitura.

Precisamos conceituar aqui o que é a sala de leitura. Essa expressão foi adotada pelo Governo do Estado de São Paulo a partir do Programa Sala de Leitura que acontece nas escolas públicas estaduais.

Para uma sala de leitura ser implantada, o programa precisa contar com um professor responsável por elaborar um projeto de trabalho que promova atividades vinculadas à proposta pedagógica e que atenda às necessidades da programação da sala de aula. É preciso que este professor organize o material, planeje e supervisione o funcionamento



do espaço, controle o acervo e cuide das atividades informatizadas. (BATISTA, 2015, p. 58).

De acordo com as informações dadas pela equipe gestora da escola Ziraldo, essa ação não acontece e não há um espaço designado para os livros, que ficam nas salas de aulas e seus cuidados são da responsabilidade do professor. Portanto, é uma informação que não procede com a realidade.

A escola Eva Furnari atende crianças da região central da cidade e bairros adjacentes. É bem conceituada perante os munícipes, tendo ela grande procura por vagas. A escola é bem estruturada e passou por recente reforma para atender alunos com necessidades especiais e mobilidade reduzida.

De acordo com os dados do Censo/2016 temos mais uma vez a presença da expressão sala de leitura, neste caso, em substituição ao termo biblioteca escolar. Como pôde ser observado, a escola conta com uma sala própria para a biblioteca, mas informa ao Censo que tem uma sala de leitura. Vemos, então, um uso incorreto da expressão e acreditamos que seja por desconhecimento do que vem a ser uma sala de leitura.

A escola Ana Maria Machado também está localizada em bairro periférico da cidade e seu público é bastante parecido com o da escola Monteiro Lobato, crianças de baixa renda e muitas delas são atendidas por programas governamentais. Nos dados do Censo/2016 temos o mesmo caso das escolas anteriores, a sala de leitura é citada e a biblioteca não aparece.

Neste caso, a diretora, durante a entrevista, afirmou que sua escola não conta com biblioteca. O espaço disponibilizado pela escola não pode ser chamado de biblioteca, pois não tem estrutura para tal, portanto ela afirma ter uma sala de leitura. No entanto, essa também é uma visão errônea do que seja a sala de leitura, pois essa também necessita de certa estrutura física e pessoal para seu funcionamento.

A escola Ruth Rocha também localizada em bairro central, atende não somente a população do seu entorno, mas de toda a cidade. A escola goza de bom conceito perante a comunidade e tem o reconhecimento pela qualidade do ensino oferecido. Tem boa estrutura física e salas de aulas grandes. Nos dados do Censo/2016, a escola afirma ter uma biblioteca.

Todas as escolas da cidade têm entre 10 e 11 salas de aula, quadra coberta, sala de secretaria, diretoria e professores, cozinha e laboratório de informática.

Devemos lembrar que, de acordo com a lei n. 12.244, todas as escolas pesquisadas têm biblioteca escolar – coleção de livros. No entanto, estamos tratando agora dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares e, este sim, considera a biblioteca como o espaço físico, além dos livros.

#### 4.1 Os indicadores dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares

Apresentamos, a seguir, um quadro síntese com todos os indicadores elencados nos Parâmetros e o que está presente em cada escola, dando assim, uma melhor compreensão do cenário encontrado na pesquisa.

**Quadro 2:** Presença dos indicadores dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares

ESCOLAS	INDICADORES DOS PARÂMETROS - GEBE					
	Espaço Físico	Acervo	Computadores ligados à internet	Organização do acervo	Serviços e Atividades	Pessoal
Monteiro Lobato	X	X			X	
Ziraldo		X				
Eva Furnari	X	X			X	X
Ana Maria Machado	X	X			X	X
Ruth Rocha	X	X			X	X

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Os próximos subtítulos referem-se aos indicadores citados nos Parâmetros para Bibliotecas Escolares (CAMPELLO, 2010), por essa razão, optamos em manter a expressão exata usada pelo documento. Dessa forma, descrevemos a realidade encontrada em cada escola a partir do que é definido nos Parâmetros.

#### 4.1.1 Espaço físico

De acordo com Caldeira (2008), o espaço da biblioteca deve ser organizado de acordo com o seu acervo e o que se pretende fazer com ele. Tudo deve ser planejado de modo que facilite o funcionamento da sua programação e otimize os espaços disponíveis para a realização de atividades.

Conforme citado nos objetivos desta pesquisa, tínhamos como meta verificar se as bibliotecas escolares de Pirapozinho estão no nível básico ou exemplar, segundo os Parâmetros criado pelo GEBE. Em relação ao espaço, o nível básico indica uma metragem que vai de 50m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup> e o nível exemplar sugere que a biblioteca tenha acima de 300m<sup>2</sup>.

Dentre as escolas pesquisadas, 3 atendem a esse requisito no nível básico: as bibliotecas das escolas Eva Furnari, Ana Maria Machado e Ruth Rocha. O lugar designado para a biblioteca na escola Monteiro Lobato é inferior a 50m<sup>2</sup> e a escola Ziraldo não possui um local próprio para o funcionamento. O espaço designado para a biblioteca na Ziraldo trata-se de um corredor chamado de sala, na qual os livros mais antigos da escola ficam em estantes altas e não acessíveis às crianças. A coordenadora C2 nos relata que não é possível realizar nenhuma atividade com as crianças naquele espaço, pois é uma sala que liga a secretaria ao restante da escola e as pessoas passam por ali o tempo inteiro.

Ao questionarmos às diretoras sobre o assunto, diretora D1, da escola Monteiro Lobato afirma que gostaria de um espaço maior, mas essa sala já é uma vitória, tendo em vista que há 3 anos quando assumiu a direção, não havia biblioteca, nenhum espaço reservado para isso e que desde 2015, conseguiu que a sala se mantivesse como uma biblioteca, ainda que de forma precária e improvisada. A diretora D2 (Escola Ziraldo) lamenta não ter um lugar para as atividades de uma biblioteca escolar, mas afirma que não pode reservar uma sala de aula devido à demanda de alunos que cresceu nos últimos anos.

É possível observar na fala das diretoras um fato recorrente dentro das escolas brasileiras: pela falta de espaço para novas salas de aula, desalojam-se as bibliotecas. D1 ainda ressalta que não é fácil manter a pequena sala como um espaço para os livros, pois o bairro no qual a escola está localizada está crescendo e, conseqüentemente, o número de alunos também cresce. Ela diz que já sugeriram

desocupar o local para abrir uma nova sala de aula, mas D1 afirma que a escola não pode perder sua biblioteca.

Confirmamos a realidade das duas escolas com a fala de Silva (2009, p. 119) quando ele diz que

Em geral, as bibliotecas escolares brasileiras estão dispostas em espaços que não oferecem segurança e conforto para receber pelo menos uma turma de alunos, pois o ambiente é pequeno, o mobiliário está incompleto, sendo composto pelas sobras de outras salas da escola. Além disso, a iluminação não é boa e a ventilação revela-se precária, uma vez que tudo foi improvisado desde o começo, sem planejamento para a criação de um espaço adequado.

Prosseguindo nos indicadores, para a biblioteca estar no nível básico é necessário que haja assentos suficientes para comportar os alunos de uma sala de aula, ou seja, cerca de 35 alunos que frequentam a biblioteca para a realização de atividades, além de assentos para usuários avulsos. No nível exemplar, além dos assentos para acomodar simultaneamente tais alunos e usuários avulsos, é preciso também assentos para outros grupos de alunos, para a realização de trabalhos extraclasse, por exemplo (CAMPELLO, 2010).

Nenhuma das escolas participantes atende a esse requisito, já que as escolas Ruth Rocha, Eva Furnari e Ana Maria Machado possuem mesas e cadeiras dispostas no espaço, no entanto, não é possível acomodar sentadas todas as crianças de uma classe. Contudo, ao perguntarmos às coordenadoras se é exequível realizar atividades dentro da biblioteca com uma turma de crianças, todas respondem que sim, como veremos a seguir.

**Coordenadora C3**

P: Bom, e como você define o espaço da sua biblioteca, ele é bom, é ruim...

C3: Adequado, assim?

P: É.

C3: Não, é bom, não é muito grande, né, mas já foi assim, a gente tinha um espaço muito pequenininho, então agora pra gente é uma, né, é uma vitória pelo espaço daquele, mas comporta uma sala de aula tranquilo.

P: É, seria a minha próxima pergunta, se ele comporta uma das suas salas inteiras...

C3: Aham.

**Coordenadora C1**

P: Ele comporta uma sala inteira pra fazer alguma atividade?

C1: Sim.

P: Então, é possível, já foi realizado alguma atividade com uma sala completa lá dentro?

C1: Sim, os professores já levaram eles, e eles sentam o professor faz a leitura na sala, ai depois eles vão, olham os livros, escolhem o livro da semana, que eles querem ouvir durante a semana, ai o professor separa o livro, leva pra sala. Então tem possibilidade, nossa sala tem o que, uns 30 alunos...

**Coordenadora C2**

P: Como você define o espaço da biblioteca? Comporta uma turma inteira de crianças? É possível realizar alguma atividade com uma sala inteira dentro desse espaço?

C2: Inadequado, principalmente por ser um corredor e pessoas transitam a todo momento. Não comporta uma turma.

**Coordenadora C5**

P: Como você define o espaço da sua biblioteca, comporta uma turma inteira?

C5: Sim, tanto que a gente tá trabalhando atividades diversificadas aqui com eles, eles vêm, né, uma vez na semana eles vêm pra pegar o livrinho que eles vão ler durante a semana, e um outro dia eles vêm com o professor pra fazer a leitura aqui.

**Coordenadora C4**

P: Como você define esse espaço, ele cabe uma sala inteira pra...

C4: Cabe.

P: Pra realizar um trabalho lá dentro?

C4: Uma sala cabe.

P: Então é... é possível realizar, um professor entrar com todos os alunos e fazer atividade?

C4: Com certeza, né, porque lá, eu não sei se você chegou a ver, mas tem as mesinhas, né, com cadeira e tem espaço pra circular ainda, então uma sala tranquilo.

Como podemos ver, na escola Ziraldo da coordenadora C2 não há um espaço próprio para a biblioteca, os livros mais antigos permanecem num corredor juntamente com outros materiais da escola, portanto, não é possível realizar nenhuma atividade com as crianças naquele local.

A coordenadora C5 nos explica que há um projeto no qual a leitura acontece dentro da biblioteca e semanalmente todos os alunos das salas vão e se sentam no chão para a sua realização. Falaremos mais sobre esses projetos no capítulo 5.

Aproveitamos o quesito mobiliário da biblioteca e perguntamos às diretoras se está adequado a faixa etária atendida pelas escolas, afinal os Parâmetros pedem que o espaço físico esteja acessível a todos os usuários. (CAMPELLO, 2010)

As diretoras D3, D4 e D5 respondem que o mobiliário de suas bibliotecas está adequado ao público atendido, com mesas e cadeiras pequenas, estantes baixas tudo ao alcance da criança. Durante as observações nas unidades escolares encontramos as seguintes realidades: a escola Eva Furnari tem duas mesas redondas no seu espaço da biblioteca, com 4 cadeiras em cada mesa. Contudo, não são mesas baixas e as cadeiras são com assentos reguláveis (desce e sobe). A escola Ana Maria Machado tem mesas e cadeiras pequenas tornando possível também o acesso para crianças da educação infantil. São dois jogos de mesas e cadeiras diferentes: um jogo de 8 mesas e 8 cadeiras quadradas iguais às da sala de aula e 4 jogos de mesas redondas com 4 cadeiras cada, totalizando 16 assentos. Por fim, a escola Ruth Rocha tem somente uma mesa grande com 8 cadeiras reguláveis, como na escola Eva Furnari.

Em contrapartida, a diretora D1 lamenta, mas ainda não tem um mobiliário para sua biblioteca, visto que ela está funcionando em local improvisado.

**Diretora D1**

P: A questão dos moveis da biblioteca, do espaço físico, é adequado para as crianças que estudam nessa escola?

D1: Não, ó, melhorou bastante, mas adequado eu não vou falar que é não, porque eu até tava conversando outro dia com a vice, com a, com a coordenadora, falei “ah eu quero comprar um tapete, quero colocar almofadas pra ficar um ambiente agradável pra criança fica lá lendo, porque ela vai ficar lendo no chão, ela vai ficar lendo, é... a gente colocou aquele...

aquele tapete de alfabeto ele é um tipo, tipo EVA, né, mas eu acho assim falta adequar ainda o ambiente, falta algumas coisas ainda.

É possível ver que a escola está se esforçando para oferecer a seus alunos um espaço mais apropriado para a leitura e pesquisa. No momento da pesquisa, era oferecido às crianças um tapete de EVA e estantes de metal.

O último ponto em relação ao espaço diz respeito aos serviços técnicos e administrativos. Ainda segundo o documento do GEBE, para que a biblioteca se mantenha no nível básico é preciso um balcão de atendimento com mesa, cadeira e computador conectado à internet para uso do funcionário. Já o nível exemplar amplia o balcão de atendimento e sugere um ambiente específico para atividades técnicas, além de computadores com acesso à internet para cada funcionário.

Nas quatro escolas que possuem biblioteca, somente a escola Eva Furnari conta com uma mesa de atendimento específica para o funcionário. Nas outras 3 escolas, os funcionários responsáveis realizam seu trabalho nas mesas de atividades dos alunos. Também não há computador com acesso à internet em nenhuma das bibliotecas, inclusive na Eva Furnari.

As escolas não contam com serviços técnicos desenvolvidos por um profissional da área, no caso, um bibliotecário. A função do bibliotecário escolar não é somente o guardião dos livros, alguém para organizar e catalogar o acervo, suas funções vão além, pois segundo Fragoso (2011) o trabalho seria colaborativo, junto com a equipe docente e gestores escolares:

Ler poemas, para despertar emoções e sentidos; realizar exposições, entrevistas; promover a leitura de textos teatrais; oferecer atividades em diversos campos da arte, como a mímica, a dramatização, a pintura; fazer uso das novas tecnologias da informação e da comunicação como agentes motivadores de ações de leitura e ampliação do conhecimento. Eis algumas das ações que bibliotecários podem e devem empreender no recinto da biblioteca ou fora dela, mas sempre em consonância com o currículo e coadjuvando o trabalho do corpo docente. (FRAGOSO, 2011, p. 16).

Nas escolas pesquisadas não há bibliotecários, no entanto em 3 unidades (Ruth Rocha, Eva Furnari e Ana Maria Machado) há um funcionário responsável por esse trabalho. São pessoas deslocadas da área técnico-administrativo e designadas à biblioteca graças a um ofício feito pela direção da escola. Na escola Monteiro Lobato

não há um funcionário responsável pelo espaço, por isso os empréstimos de livros acontecem sob a supervisão do professor. A escola Ziraldo não possui o espaço da biblioteca, por isso os livros são expostos dentro da sala de aula e o professor é o responsável pelo controle desse material.

#### **4.1.2 Acervo**

No quesito acervo, para o GEBE, é necessário que a escola tenha uma diversidade de gêneros textuais e demais fontes de informação destinados ao uso escolar, como: dicionários, enciclopédias, atlas, etc. Além disso, também deve fazer parte do acervo materiais não impressos, como DVD's, documentos sonoros, visuais e digitais.

Assim como na lei n. 12.244/2010, os parâmetros determinam no nível básico o mínimo de um título por aluno matriculado e no nível exemplar, quatro títulos por aluno e no máximo quatro exemplares de cada título. Questionadas sobre o número de livros presentes na escola, diretoras e coordenadoras não souberam responder com exatidão, mas todas afirmaram que há, no mínimo, um título por aluno matriculado.

É preciso considerar que nas escolas Ruth Rocha e Eva Furnari observamos um número muito grande de livros já bem antigos. Grande parte desses títulos estavam encaixotados (Eva Furnari) ou "presos" em estantes altas (Ruth Rocha) totalmente fora do acesso dos alunos. As coordenadoras C3 e C5 das respectivas escolas, afirmaram que esses livros antigos já estão muito velhos e desgastados, apesar de sabermos que o conteúdo não fica ultrapassado, é preciso ofertar às crianças livros mais novos.

Na Eva Furnari o número de livros no qual as crianças tem acesso é bastante restrito, como podemos ver na imagem a seguir. Eles se resumem em uma pequena estante ao fundo da biblioteca. Reparamos inclusive na organização desses livros - um em cima do outro, o que impede a livre escolha e o contato manual com os exemplares.



**Figura 1:** Estante de livros da escola Eva Furnari



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Devemos ressaltar que, há muitos outros livros dentro da biblioteca. Armários, caixas e estantes guardam outros livros não selecionados pela responsável da biblioteca para uso dos alunos. Os livros são selecionados de acordo com o tema, qualidade estética e faixa etária, critérios estes definidos pela funcionária.

Cada criança tem acesso somente aos livros designados para a sua faixa etária. Como cada sala tem seu horário para visitação na biblioteca, a funcionária expõe somente os livros separados para aquela faixa etária, portanto a criança só tem acesso ao que lhe   pré-selecionado.

A escola Ruth Rocha possui um espaço amplo para a biblioteca e seu acervo é bastante grande. Contudo, em observa es realizadas no local percebemos que as crianças só podiam desfrutar do acervo colocado sobre a mesa, este previamente escolhido pela funcionária. A cada turma que entrava os livros eram trocados de acordo com a faixa etária e dispostos para que pudessem escolher sua leitura da semana, assim como acontece na escola Eva Furnari.

**Figura 2:** Biblioteca da Escola Ruth Rocha



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Tanto na escola Eva Furnari como na escola Ruth Rocha, o acervo é bastante grande e diversificado. Podemos observar pelas estantes e mesas muitos livros enviados pelo PNBE, o que comprovamos que estão sendo usados. No entanto, o que é ofertado à criança não é nem a metade desse acervo e também não podemos ter a certeza de que a criança realmente gosta do que está levando para ler em casa, pois seu poder de escolha fica restrito ao pré-selecionado que também não tem critério ou objetivos traçados.

Nas visitas à escola Ana Maria Machado percebemos outro ponto importante: os livros didáticos ocupam grande parte do espaço da biblioteca. No ano de 2016 o local da biblioteca foi ampliado para que os alunos pudessem desfrutar de um lugar mais confortável. Porém, em mais da metade das estantes nós encontramos livros didáticos ocupando o lugar que deveria ser do literário.

**Figura 3:** Biblioteca da escola Ana Maria Machado



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

**Figura 4:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Machado



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Como pode ser observado, todas as estantes da sala são compostas em sua maioria por livros didáticos. Poucos livros literários são vistos na parte mais alta das estantes, ou seja, fora do alcance das crianças.

Se levarmos em conta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a biblioteca será um espaço de diversidade textual. O ensino da língua portuguesa, proposto nesse documento, prevê o uso intensivo de textos que circulam socialmente, em seus suportes originais. Isso significa que crianças e jovens precisam experimentar contato direto com as fontes de informação que fazem parte do mundo letrado e ter oportunidade de compreender os usos da escrita em diferentes circunstâncias, observando suas várias funções e características. Portanto, uma variedade de textos, de gêneros e de suportes deve compor o acervo da biblioteca. (ABREU, 2008, p. 30).

Essa situação tira do espaço da biblioteca escolar uma das suas funções que, também seria, o da leitura literária. “Os textos literários de qualidade são importantes por apresentar características estéticas peculiares, devendo, então, ocupar um lugar especial na coleção”. (ABREU, 2008, p. 30)

Dessa maneira, questionamos onde ficam os livros didáticos que não são distribuídos aos alunos. Todas as coordenadoras afirmam que os livros que não estão sendo utilizados pelos professores e alunos, e também livros de anos anteriores, ficam na biblioteca. Contudo, diferentemente da escola Ana Maria Machado, na qual os livros ocupam grande parte das estantes substituindo o literário, nas demais escolas esses livros ocupam outros espaços, de menor destaque, como vemos na fala da coordenadora C3.

**Coordenadora C3**

P: E os livros didático, aqueles que não foram entregues aos alunos, eles ficam na biblioteca?

C3: Ficam, ficam encaixotados. Sobras, né, você fala? Porque eles são pra três anos, né, ai ficam guardados na biblioteca. Eles ficam nas caixas e guardados na parte de cima.

Os Parâmetros para Bibliotecas Escolares também cita a diversidade do acervo como ponto importante da composição de uma biblioteca.

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc. Além de livros a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais. (CAMPELLO, 2010, p. 13).

Perguntadas sobre a presença de outros materiais de informação, como dicionários, atlas, revistas, jornais e documentos digitais na biblioteca, todas afirmam que na escola há jornais e revistas, principalmente a revista Nova Escola que é oferecida pela DME. Dicionários e mapas também estão presentes na escola, no entanto, não compõem o acervo da biblioteca, mas dentro das salas de aula. As coordenadoras afirmam que somente os dicionários permanecem na biblioteca e são buscados quando necessário para a sala de aula. Demais materiais em formato digital, como DVD ou CD ficam no laboratório de informática ou na sala de vídeo.

Vemos, mais uma vez, a fala das entrevistadas concretizar que biblioteca é lugar somente para livros e para leitura. As demais funções da biblioteca dentro da escola não são mencionadas e, nos questionamos se as equipes gestoras das escolas municipais de Pirapozinho tem ciência da amplitude do trabalho de uma biblioteca, que forma leitores, mas também forma outras capacidades importantes dos seres humanos.

#### **4.1.3 Computadores ligados à internet**

O acesso à informação pode se dar por meio de diferentes formas: livros, revistas, jornais, internet, televisão, cartazes, outdoors, etc. Nesse sentido, a biblioteca pode acompanhar essa evolução trazendo essa rede de informações para dentro de suas dependências. Segundo o GEBE, no nível básico, é preciso ao menos um computador com acesso à internet para uso dos professores e alunos nas atividades de pesquisa e leitura. O nível exemplar indica uma quantidade maior de computadores conectados à internet, o equivalente ao uso de uma classe inteira e professores.

Em nenhuma das cinco escolas foram encontrados computadores dentro do ambiente da biblioteca, nem para uso do funcionário responsável e nem para os alunos e professores. Ao perguntarmos sobre a presença de computadores na

biblioteca, algumas coordenadoras afirmam que as escolas possuem sala de informática e quando necessário, os professores levam os alunos até lá.

**Coordenadora C1**

P: E na biblioteca aqui não há, não há computadores, não é informatizada?

C1: Não, foi informatizada pela vice diretora, a nossa vice o ano passado, ela, ela catalogou todos os livros que tinha, né e colocou no computador, mas assim...

P: Lá dentro da biblioteca não tem?

C1: Não, não tem

**Coordenadora C3**

P: E computadores na biblioteca, tem?

C3: Não tem.

**Coordenadora C2**

P: Há computadores na biblioteca? Quantos? Quem tem acesso?

C2: Não, só na sala de informática.

**Coordenadora C5**

P: Então eu vejo que vocês não tem computador aqui, né.

C5: Não, nós temos uma sala de informática.

**Coordenadora C4**

P: E tem computadores na sua biblioteca?

V: Não, lá é manual mesmo.

Essas afirmações demonstram uma visão restrita da biblioteca escolar, como se somente fosse necessária a presença de livros e só eles fossem materiais de informação. A função de uma biblioteca vai muito além do armazenamento de livros, conforme nos afirma Balça (2006), pois este espaço deve ser visto como uma unidade orgânica da escola e deve compor seus projetos educativos, além de ser utilizada como um recurso básico no processo de ensino. A autora segue dizendo que esse deve ser um local de fomentar “o trabalho independente, a investigação, o apoio ao

trabalho dos docentes, mas também deve ser um espaço de prazer”. (BALÇA, 2006, p.209).

Portanto, a ausência de computadores nas bibliotecas das escolas só afirma a hipótese de que a biblioteca é somente para leitura de livros, eliminando qualquer possibilidade de que computadores podem ser úteis para tal ação. E essa afirmação é confirmada quando nos dizem que há um laboratório de informática, como se só lá fosse o lugar dos computadores.

#### **4.1.4 Organização do acervo**

Uma biblioteca bem organizada facilita a pesquisa e o acesso, principalmente do aluno de ensino fundamental I que está iniciando sua vida escolar e aprendendo a lidar com materiais de informação. Sobre essa variável, o documento do GEBE sugere que o nível básico tenha um catálogo, no qual esteja ao menos os nomes dos livros do acervo, sendo possível localização através de autor, título e assunto. No nível exemplar, este catálogo é informatizado e ampliado a todos os itens do acervo e, seu acesso pode ser feito de outros locais, não somente na escola, mas da residência dos usuários, por exemplo.

Ao perguntarmos às coordenadoras sobre a organização dos seus acervos, tivemos as seguintes respostas:

##### **Coordenadora C5**

P: Você sabe me dizer se os livros aqui são organizados por ordem alfabética, por faixa etária, qual é essa forma?

C5: Olha, eu acho que dos dois, aqueles que, assim, as vezes tá faltando alguma coisinha que são mais antigos é por faixa etária, os mais novos é por ordem, aí ela já coloca um número, né, tem um númerozinho que ela coloca no catálogo lá, aí isso é pra ordem dela, né, aí aqui acho que é por ordem alfabética.

##### **Coordenadora C3**

P: E você sabe me dizer como os livros estão organizados na biblioteca, se tem uma ordem alfabética, por série?

C3: Dos alunos por série, os que eles emprestam, é por série, aí os literários tem caixas, tem caixa da educação infantil, tem caixa mais antiga que não tá classificada por série

assim, tem os mais novos que foram fazendo outras caixas aí colocou educação infantil, primeiro, terceiro ano assim... agora aqueles mais antigos não, ficam tudo em caixas e alguns nas estantes, por exemplo, pro professor mesmo que é pra uso diário do professor, não tem estante que é geografia, história, matemática, tudo separadinho.

#### **Coordenadora C1**

P: Na escola. E como os livros estão organizados na biblioteca, em ordem alfabética, qual, tem alguma ordem de organização nas estantes?

C1: Não, e a gente até conversou isso no outro HTPC que nós vamos fazer isso no próximo ano, tá, separar assim, específico, por exemplo, conto de artimanhas, fábulas, é ... crônicas, né, separar assim, ...

P: Separar os gêneros, né.

C1: É, porque fica mais fácil, se você quer contos de artimanha tá nessa caixa, fica mais fácil. Tá separado ali, assim, por faixa etária, tá, é, a gente vê lá, por exemplo esse daqui a gente acha, né, mas igual nós vimos o conto de art... de morte morrida que os prézinhos adoraram, né, então você fala assim "Ah esse daqui é pro quinto ano" então a gente vai separando assim, mas, depois fica difícil pra você procurar, sabe você chega ali você fala "Ai eu quero contos de artimanha, você procura, você não sabe pelo nome qual que é, então se você separa, eu, nós imaginamos né, se você separar pelo gênero vai ficar mais fácil de procurar o ano que vem.

P: Uhum.

C: Ai foi catalogando um, dois, três e a gente procura sempre na hora que for guardar, colocar na mesma sequência, mas não passa pela ordem alfabética.

#### **Coordenadora C4**

P: Tá. E você sabe me dizer qual é a forma de organização que os livros estão lá na biblioteca se tem, se eles estão catalogados por ordem alfabética... ordem de autor...

C4: Não sei te responder, mas eu... eu que acredito que é conforme a remessa vem, aí eles continuam fazendo a catalogação, entendeu, mas eu acredito que não seja na ordem alfabética.

P: E nas estantes tem algum, alguma ordem também ou é, é livre?

C4: Assim, tem numeração, mas não tá na ordem, entendeu.

P: Entendi. Os livros são também separados por faixa etária?

C4: Não.

P: Os livros do primeiro ano são dessa estante...



C4: Não, não estão separados.

P: Então se a criança quiser pegar um livro mais, se a criança do segundo ano quiser pegar um livro mais grosso ela pode?

C4: Sim, porque não tá definido “esse é só do segundo”, não tem essa definição não.

A escola Zivaldo da coordenadora C2 não conta com espaço físico para a biblioteca e, portanto, seus livros ficam em armários dentro da sala de aula sem nenhum tipo de organização específica. Contudo, devemos ressaltar aqui que, de acordo com Caldeira (2008, p. 51-52), um espaço não substitui o outro, ou seja, “é inquestionável a utilidade e a importância desse acervo de classe para desenvolver o gosto pela leitura. O que não pode ocorrer, entretanto, é a simples substituição da biblioteca por esse tipo de acervo”.

O acervo de classe deve servir de suporte para aulas de leitura, língua portuguesa e o que mais lhe couber. A presença dos livros na sala de aula ainda mais perto dos alunos é de total aprovação e muito importante para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, no entanto, esse não deve ser o único espaço de livros dentro da escola. É imprescindível dentro do ambiente escolar uma biblioteca, pois ela é “o espaço ideal para reunir a diversidade textual que existe fora da escola e que deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno”. (CALDEIRA, 2008, p. 52)

Como podemos observar as bibliotecas não seguem um padrão de organização básico, como a ordem alfabética, por exemplo, nem mesmo um modo de classificação universal, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Essa falta de organização e classificação dos livros deixa seus usuários confusos quando procuram por algo. Isso reflete ativamente em fases posteriores da vida da criança, como nos afirma Vianna (2008) essa falta de um padrão organizacional impede que a criança conheça formas consolidadas de organização de bibliotecas, e “as consequências disso podem ser observadas no comportamento de alunos que chegam à universidade: muitos deles desconhecem o funcionamento de bibliotecas e dos instrumentos que elas costumam elaborar para possibilitar a recuperação da informação”. (VIANNA, 2008, p. 43)

Neste caso, não estamos exigindo que as bibliotecas das escolas municipais tenham catalogação e organização iguais às bibliotecas universitárias, até porque sabemos da ausência do profissional especializado no assunto, o bibliotecário. Contudo, poderia ser feita uma organização padrão em todas as escolas para que as crianças pudessem transitar de uma escola para outra sem ter dificuldade em utilizar sua biblioteca.

Uma organização por ordem alfabética, tema ou até mesmo faixa etária iria facilitar a pesquisa por seus usuários. “Se a biblioteca de sua escola for organizada de acordo com um sistema que seja utilizado pela maioria das bibliotecas, a criança terá mais segurança e estímulo para explorar os acervos de outras bibliotecas”. (VIANNA, 2008, p. 46).

#### **4.1.5 Serviços e atividades**

Os serviços oferecidos por esse espaço vão desde consultas para pesquisa no local até projetos e atividades de incentivo à leitura. O nível básico do GEBE aponta como ideal a consulta no local e o empréstimo domiciliar; atividades de incentivo à leitura e auxílio à pesquisa (CAMPELLO, 2010). O nível exemplar traz um número maior de serviços oferecidos, além dos já citados no nível básico, apresenta ainda “serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta” (CAMPELLO, 2010, p. 16)

Em todas as escolas observamos serviço de empréstimos aos alunos desde a pré-escola até o quinto ano. Nas escolas Ruth Rocha e Eva Furnari é feito todo um planejamento no início do ano letivo e cada sala tem seu dia da semana e horário específicos para realizar a troca e o empréstimo de livros na biblioteca.

Na escola Ana Maria Machado são os professores que decidem qual o melhor horário para fazer a visitação, de acordo com suas atividades diárias. A vice-diretora C4 nos informou que os professores se organizam entre si e fazem sua rotina toda semana e, dessa maneira, incluem a visita à biblioteca. Esse planejamento semanal é entregue à vice-diretora que faz as adaptações de horário, se necessário.

Na escola Monteiro Lobato o serviço de empréstimos é um pouco complicado. A coordenadora C1 declara que muitos livros já foram perdidos e danificados e essa

ocorrência precisava ser modificada, pois a escola não conta com um grande acervo e se essa situação continuasse, em pouco tempo a biblioteca não teria mais livros. Portanto, uma medida teve que ser tomada para solucionar o problema: as crianças só poderiam levar os livros para casa se os pais assinassem uma autorização se responsabilizando pelo material e caso viesse a ser perdido ou danificado, eles fariam a substituição por outro. Dessa forma, muitas crianças não podem levar os livros para casa, mas C1 afirma que todas têm acesso e podem ler os livros dentro da escola nos momentos de leitura na sala de aula e nas visitas à biblioteca.

A escola Ziraldo não conta com o espaço para a biblioteca. Os livros ficam dentro das salas de aula. A coordenadora C2 ressalta que, ainda assim, os empréstimos acontecem semanalmente na escola. A responsabilidade pelo acervo e a troca dos livros fica com o professor, que tem um caderno de registro para controlar a saída dos livros. No final do ano letivo o professor precisa devolver à coordenadora todos os livros que lhe foram entregues no início do ano juntamente com o caderno.

Indagamos as diretoras sobre o horário de funcionamento das bibliotecas, pois sabemos a partir de pesquisas anteriores, que estas ficam grande parte do tempo fechada, aberta somente quando solicitado por um professor.

As diretoras D3, D4 e D5 afirmam que suas bibliotecas funcionam durante todo o período de aulas, inclusive durante o intervalo, se houver procura da criança esse espaço estará disponível. Na escola da diretora D2 não há o espaço, portanto também não há um horário de funcionamento, visto que as professoras se organizam e realizam os empréstimos em sala de aula.

A diretora D1 é a única que afirma não conseguir manter aberta sua biblioteca por falta de funcionário. Como é a própria diretora a responsável por cuidar do local, dividindo essa tarefa com a vice-diretora e a coordenadora pedagógica, elas só abrem a biblioteca quando solicitado por algum professor. Ela lamenta essa situação, pois assevera que a biblioteca deveria estar aberta o tempo inteiro e disponível aos alunos.

Além do serviço de empréstimos, todas as escolas contam com projetos de incentivo à leitura em funcionamento. Eles fazem parte do Programa Ler e Escrever e as coordenadoras afirmam que todos os professores realizam-no durante todo o ano. Além do Ler e Escrever, as escolas realizam um projeto implantado pela secretaria municipal de educação chamado “Sessão simultânea de leitura”.

A escola Ruth Rocha também desenvolve o incentivo à leitura para a pré-escola por intermédio da “Biblioteca circulante”, no qual as crianças do Pré 1 e 2 levam para casa um livro literário juntamente com atividades para serem realizadas com a família. A iniciativa do projeto partiu da equipe gestora e foi bem aceita pelos professores e pelas famílias dos alunos.

Falaremos mais sobre os projetos de incentivo à leitura no capítulo 5 sobre as mediações de leitura que acontecem dentro e fora do espaço da biblioteca escolar.

#### **4.1.6 Pessoal**

Este último indicador dos parâmetros vem destacar a figura do bibliotecário, o profissional bacharel em biblioteconomia, responsável pela gestão e pelo funcionamento desse local. Ainda segundo o documento do GEBE, o nível básico traz uma possibilidade da presença do bibliotecário por meio da criação da rede/sistema que reúne várias bibliotecas. Esse nível indica um bibliotecário responsável por um grupo de bibliotecas e pessoal auxiliar em cada escola e para cada turno de funcionamento. O nível exemplar sugere um bibliotecário responsável pela escola e pessoal auxiliar em cada turno e de acordo com o número de alunos.

A realidade encontrada não somente na cidade de Pirapozinho, mas em vários municípios vizinhos é a ausência do bibliotecário até mesmo na biblioteca pública. A profissão do bibliotecário foi regularizada a partir da lei n. 4.084/1962 com alterações feitas pela lei n. 9.674/1998, e a sua presença em bibliotecas públicas e escolares é indispensável.

É muito raro encontrarmos bibliotecários atuando em escolas públicas municipais, principalmente em cidades pequenas do interior do país. Veremos com mais facilidade em bibliotecas universitárias e especializadas, centros de documentação e, principalmente, na área da tecnologia da informação. Infelizmente, a área da biblioteca escolar não é tão valorizada entre os profissionais habilitados, sendo que, poucos se especializam no assunto.

Por ser um profissional reconhecido como agente da informação, especialista em organizar e disseminar a cultura, ele seria um mediador perfeito para o espaço da biblioteca. Mais do que catalogar e organizar os livros e outros materiais de

informação, sua função é também de mediar o encontro entre os estudantes ou professores e a informação desejada.

Mas se esses profissionais legalmente autorizados a trabalhar nas bibliotecas escolares não estão atuando nesse segmento, quem está em seu lugar? A pergunta é facilmente respondida ao entrarmos em uma escola pública. Na maioria dos casos, quem atua na biblioteca escolar são professores readaptados, impossibilitados de retornar à sala de aula e são realocados em outros cargos dentro da escola. Muitos se dividem entre a secretaria e a biblioteca.

Almeida Júnior e Bortolin (2009) ressaltam que a função desse professor é basicamente o empréstimo, a organização e a guarda do espaço, ficando de fora qualquer trabalho com a mediação dos materiais de leitura presentes na biblioteca.

A partir das observações feitas nas escolas participantes da pesquisa e das entrevistas com a equipe gestora, constatamos uma outra realidade no município de Pirapozinho. O profissional responsável pela biblioteca não é um professor readaptado e sim um funcionário do setor administrativo designado para o cargo.

Dentre as cinco escolas pesquisadas, somente em três foi possível encontrar um funcionário próprio para a biblioteca. Na escola Eva Furnari havia uma funcionária no cargo há muitos anos e que se aposentou meses antes da pesquisa iniciar. No momento das entrevistas e observações já havia outra funcionária em seu lugar, uma jovem pedagoga que tinha sido solicitada pela direção da escola.

**Diretora D3**

P: Há um funcionário responsável pela biblioteca?

D3: Sim, sempre tivemos um funcionário responsável pela biblioteca. A funcionária antiga se aposentou, ficou por muitos anos aqui e se aposentou, logo em seguida já veio a Maria, a funcionária nova que está conosco desde março, a funcionária antiga ainda ajudou ela, ensinou como funciona. Então sempre tivemos alguém pra ficar ali, não dá pra ficar sem uma pessoa responsável até pra ter um controle, os livros podem sumir se cada hora um vai lá e mexe. Tendo uma pessoa fixa ela controla tudo, faz os registros e fica mais fácil.

Perguntamos à D3 se esse funcionário para a biblioteca é um pedido da escola, já que observamos a sua ausência em outras unidades.

**Diretora D3**

D3: Sim, sempre foi prioridade. Nosso quadro de funcionários é pequeno, sempre falta funcionário, mas sempre prezamos por essa pessoa pra biblioteca, então sempre teve e quando a antiga funcionária se aposentou rapidamente já pedimos outra pra biblioteca não ficar parada. Essa é a prioridade da escola.

Contudo, nas observações realizadas podemos notar que o horário de trabalho da funcionária é dividido entre biblioteca e secretaria. Durante a entrevista com a coordenadora C3, fomos informadas que a funcionária é responsável pelos xérox semanal dos professores, portanto ela não está em tempo integral na biblioteca, mas essa função extra não atrapalha seu trabalho principal com as crianças.

Na escola Ana Maria Machado também foi possível encontrar um funcionário para as funções da biblioteca escolar. A diretora D4 nos informou que sentiu a necessidade de alguém para cuidar da biblioteca para que esta pudesse funcionar ativamente e dar suporte aos projetos de leitura, portanto transferiu um funcionário do setor administrativo para a biblioteca.

**Diretora D4**

P: Esse funcionário era da secretaria e...

D4: Do administrativo.

P: E passou pra lá.

D4: Sim.

P: Não veio diretamente pra lá, designado...

D4: Não, não, eu designei.

A terceira escola com um funcionário responsável pela biblioteca é a Ruth Rocha. A coordenadora C5 nos afirma que essa funcionária veio especificamente para cuidar da biblioteca e está no seu cargo há mais de dez anos, portanto tem total controle do que acontece naquele espaço. Em observações feitas no espaço da biblioteca, podemos confirmar a fala da coordenadora. A funcionária executa sua função com muita precisão, a biblioteca é extremamente organizada e ela sabe exatamente onde está cada material solicitado. Por conhecer o gosto de algumas crianças, deixa separado algumas leituras para quando estas vierem visitá-la.

No entanto, o seu trabalho não é exclusivamente na biblioteca. Vemos a situação encontrada na escola Eva Furnari se repetir na escola Ruth Rocha durante a entrevista com a coordenadora C5.

**Coordenadora C5**

P: E o trabalho dela é exclusivo na biblioteca ou ela faz secretaria, faz outras coisas?

C5: Olha, sempre foi utilizado assim, os horários dela aqui que a gente prioriza, né, o trabalho com os professores e outro horário, como a gente tem muita deficiência nos setores, né, em outro setores, a gente acaba sempre utilizando ela também pra outras coisas, uma hora precisa tá na secretaria ela dá uma mão, barzinho quando a gente necessita, né...

P: Mas a prioridade dela...

C5: A prioridade é aqui, se a gente pode utilizar só aqui, ela fica só aqui.

A escola Monteiro Lobato está com a sua biblioteca funcionando em local improvisado, já que a escola não conta com uma sala específica para a biblioteca escolar. Durante a entrevista, a diretora D1 relata que não contam com um funcionário para esse espaço, apesar de já ter tentado designar uma funcionária para o local.

**Diretora D1**

P: Então não há um funcionário responsável por essa biblioteca?

D1: Não, ano passado até tentei a menina que, a funcionaria que chama Gisele ficar na secretaria e lá, então a gente colocava, por exemplo, ela entra às sete, das sete as oito secretaria, das oito as dez biblioteca, mas ai a gente nem tinha um funcionário aqui nem tinha lá, então não deu certo. Ai esse ano o professor agenda quem tá aqui vai a vice, a coordenadora, um funcionário vai acompanhar, não tem funcionário.

Mais uma vez vemos a tentativa da direção da escola de colocar o espaço da biblioteca para funcionar. Como não há funcionário disponível para a função, a equipe gestora e demais funcionários da secretaria se revezam na missão de manter a biblioteca funcionando. A diretora afirma que não é fácil se dividir em tantas tarefas, tanto ela quanto os demais funcionários têm dificuldade em ir até a biblioteca quando solicitados, mas procuram se organizar o máximo possível para não perder o que já conquistaram.

Em outro momento da entrevista, a diretora D1 relata que nunca havia pensado na possibilidade de pedir à prefeitura um funcionário para a biblioteca, que irá pesquisar sobre isso e, se for possível, vai pedir com urgência alguém para cuidar da biblioteca.

Na escola Ziraldo temos a ausência, primeiramente, do espaço da biblioteca. Como já mencionamos, o que no passado era considerado uma biblioteca, hoje é apenas um corredor com estante no qual todos da escola transitam para entrar e sair. O lugar dos livros é dentro das salas de aulas e quem faz o trabalho de empréstimos de livros são os próprios professores.

Ao perguntarmos à diretora D2 sobre a presença de um funcionário para a biblioteca tivemos a seguinte resposta:

**Diretora D2**

P: Há um funcionário responsável pela biblioteca?

D2: Não, nessa gestão não tem. Tudo depende da prefeitura e precisa de fazer a solicitação, então é preferível pedir um serviços gerais do que um bibliotecário, porque um serviços gerais pode ser usado na biblioteca escolar depois.

A resposta da diretora D2 nos mostra uma realidade contrária à encontrada nas demais escolas. Enquanto as outras diretoras e coordenadoras afirmam a importância de um funcionário para um bom funcionamento desse espaço, temos aqui uma diretora que não enxerga como prioritário designar uma pessoa para tal cargo.

Campello (2012) vem afirmar, a partir de pesquisas realizadas por vários países, que essa visão retrógrada da direção da escola é algo comum. “O apoio do diretor da escola é vital para a implantação e manutenção dos projetos da biblioteca escolar. Por outro lado, é muito difícil pra ele entender a contribuição que o bibliotecário pode dar para melhorar a qualidade do trabalho da escola”. (p. 57)

Temos aqui um quadro explícito do que suscitamos durante todo o texto: o descaso por parte da direção da escola para com a biblioteca escolar. Em toda a entrevista, a diretora D2 não demonstra muito interesse em conseguir um espaço próprio para a biblioteca, ao invés disso sempre coloca empecilhos e mostra que as prioridades da escola são outras. Apesar de apoiar e realizar os projetos de leitura, a



diretora D2 não vê a ausência da biblioteca e um funcionário responsável por esse espaço como algo prejudicial à escola.

Portanto, temos no cenário da nossa pesquisa funcionários que trabalham na biblioteca escolar, mas, dividem seu tempo com outras tarefas da escola. Seria preferível que dedicassem a totalidade das horas em atividades referentes à biblioteca, seja na organização e empréstimos de livros, quer seja no trabalho com a mediação de leitura. Contudo, apesar de não serem bibliotecários, procuram desenvolver suas funções da melhor maneira possível.

A seguir trataremos das ações de leitura desenvolvidas pelas escolas, como fazem a mediação entre alunos e livros e quem é o responsável por essa mediação.

## 5. “TÁ PRONTA IZA?” – NÃO, VOU LER UMA HISTÓRIA

Devemos iniciar conceituando o que é mediação. Esse termo ganha muitas explicações dadas por diversos estudiosos, aqui vamos explicitar alguns desses conceitos.

Vygotsky (1989) define que mediação é o processo decorrente das relações estabelecidas pelo homem entre si e o ambiente que está inserido, de forma que construa novos conhecimentos. Essa ideia pode ser interpretada como uma intervenção entre os sujeitos e os objetos, como defendido por Motoyama, Santos e Silva (2017) “assim sendo, através da mediação, com o uso de instrumentos e signos, os indivíduos se desenvolvem e se distinguem dos demais animais, pois sem ela seria impossível a existência de atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo ser humano” (p. 14)

As autoras ainda ressaltam que a mediação se aplica a diversas situações e nas mais diversificadas ações humanas.

A mediação ocorre constantemente na vida dos sujeitos, seja nas relações interpessoais, seja no contato com objetos materiais como máquinas e livros, podendo expandir-se em mais de uma direção. Os papéis sociais também se invertem constantemente, sendo que aquele que passa pelo processo de mediação também pode mediar e pode haver mais de um mediador na relação. (MOTOYAMA, SANTOS E SILVA, 2017, p. 15-16)

Desse modo, na formação do leitor não somente o professor/bibliotecário/professor de leitura faz o papel de mediador, mas também afirmamos que o objeto livro cumpre essa missão, assim como o próprio espaço da biblioteca do mesmo modo é capaz de fazer essa mediação.

Cerrillo, Larrañaga e Yubero (2003) definem alguns requisitos indispensáveis ao mediador de leitura, são eles:

- a) Ser um lector habitual.
- b) Compartir y transmitir el gozo de la lectura.
- c) Tener capacidad para promover la participación.
- d) Uma certa doses de imaginación y creatividad.
- e) Creer firmemente em su trabajo de mediador.

- f) Poseer uma mínima formação literaria, psicológica y didáctica<sup>8</sup>.  
(p. 230)

Como podemos observar, os autores dão algumas características que podem ser encontradas na figura do professor e do bibliotecário. Estes têm por formação a capacidade de serem mediadores da leitura, além de que os autores nos apresentam algumas funções do mediador que podemos ligar às suas funções cotidianas, como “criar e fomentar hábitos de leitores estáveis, ajudar a ler por ler, orientar a leitura extraescolar”. (CERRILLO, LARRAÑAGA E YUBERO, 2003, p. 229, tradução nossa)

## 5.1 As ações de leitura

Apresentamos neste capítulo as ações de leitura realizadas nas escolas participantes da pesquisa. No roteiro elaborado para as entrevistas das coordenadoras pedagógicas constava uma sessão apenas para a mediação de leitura, pois queríamos entender com mais detalhes como ela acontece e se a biblioteca estava inclusa nesse processo.

Ao perguntarmos se as escolas contavam com projeto de leitura todas as coordenadoras nos deram a mesma resposta: todas as escolas do município trabalham os projetos do programa Ler e Escrever do governo estadual.

Em uma breve explicação, o programa Ler e Escrever foi instituído em todo o Estado de São Paulo no ano de 2010 com o objetivo de melhorar o ensino em toda rede estadual, alfabetizando todas as crianças com até oito anos de idade e recuperar a aprendizagem de leitura e escrita aos demais alunos do ensino fundamental I. Inicialmente, o programa foi executado apenas nas escolas da capital paulista no ano de 2007 e, posteriormente, abrangeu todo o Estado.

Segundo o site do programa<sup>9</sup>, os principais objetivos do Ler e Escrever são

- Apoiar o Professor Coordenador em seu papel de formador de professores dentro da escola;

---

<sup>8</sup> Ser um leitor habitual; Compartilhar e transmitir o gosto pela leitura; possuir capacidade para promover a participação; uma certa dose de imaginação e criatividade; acreditar firmemente em seu trabalho como mediador; possuir uma formação literária mínima, psicológica e didática. (Tradução nossa)

<sup>9</sup> Disponível em <http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/InternaPrograma.aspx?alkfjlkjkslkA=260&manudjsns=0>

- Apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2ª série do Ciclo I / EF;
- Criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão;
- Comprometer as Universidades com o ensino público.
- Possibilitar a futuros profissionais da Educação (estudantes de cursos de Pedagogia e Letras), experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do Ciclo I / EF.

Deste modo, de acordo com seus objetivos, o programa realiza um processo de elaboração e distribuição de materiais didáticos para alunos e professores, envolvendo apostilas de orientações ao professor e livros de atividades aos alunos, além da distribuição de livros literários e outros materiais para a execução do programa.

Também são realizados encontros sistemáticos com o intuito de formar os gestores educacionais das escolas envolvidas no programa. Primeiramente, supervisores, diretores e assistentes técnico-pedagógicos (ATP) realizavam encontros com as formadoras do programa. Os professores coordenadores de cada escola recebiam formação contínua promovida pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e pelas suas Diretorias de Ensino, para posteriormente, preparar seus professores do 1º ao 5º ano. (BRANDÃO E TREVELIN, 2017)

Uma iniciativa de cunho emergencial é o Projeto Intensivo no Ciclo I (PIC) que “visa impedir que as crianças prossigam em seus estudos sem ter desenvolvido adequadamente as competências de leitura e escrita”. Para isso, há uma formação para os professores que atuam nessas salas com o uso de materiais específicos,

(...) entre outras medidas adequadas às necessidades de aprendizagem daqueles que não tiverem alcançado o nível necessário nos dois primeiros anos de escolarização (PIC de 3ª série/4º ano). Para a fase final do Ciclo I do Ensino Fundamental está previsto o PIC de 4ª série/5º. ano, que substitui a Recuperação do Ciclo I e tem por objetivo garantir que nenhum aluno conclua o Ciclo I do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever -- portanto, sem estar em condições de continuar aprendendo no Ciclo II.

Outra importante iniciativa do programa foi o Bolsa alfabetização que prevê a atuação de estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras nas salas de PIC e de 2º ano do ensino fundamental. O objetivo é que esses alunos pesquisadores auxiliem os professores na alfabetização dos alunos, concretizando a existência de um segundo professor em sala de aula. Essa bolsa alfabetização é uma importante ponte entre a academia e a sala de aula do ensino público.

Assim sendo, as escolas municipais de Pirapozinho seguem o programa Ler e Escrever e suas ações de leitura. De acordo com as coordenadoras, todos os professores de ensino fundamental I seguem as apostilas e executam os projetos propostos com os alunos.

De acordo com as coordenadoras C2 e C3, há todo um processo envolvendo os projetos de leitura do programa Ler e Escrever que, são feitos a partir de seqüências de atividades. Para cada ano há um projeto diferente, conforme descrito pelas coordenadoras:

Primeiro ano – Contos tradicionais

Segundo ano – Contos de fadas

Terceiro ano – Contos de artimanha

Quarto ano – Jornal e Fábulas

Quinto ano – Carta de leitor e contos de detetive

Além dos projetos específicos para cada ano, há também os que são executados por todas as salas como a leitura diária. Durante todas as entrevistas as coordenadoras afirmaram que no início das aulas, os professores realizavam a leitura de algum livro literário previamente escolhido. Na maioria dos casos, os livros pertencem à escola, algumas vezes são trazidos de casa pelo professor.

Os projetos do programa Ler e Escrever não são os únicos em execução nas escolas. Fomos apresentados ao projeto Sessão Simultânea de Leitura que, no período das primeiras entrevistas (novembro/2016), acabava de ser implantado na cidade.

Esse projeto, advindo da revista Nova Escola<sup>10</sup>, foi implantado pela DME em todas as escolas de ensino fundamental I do município. Primeiramente apresentado

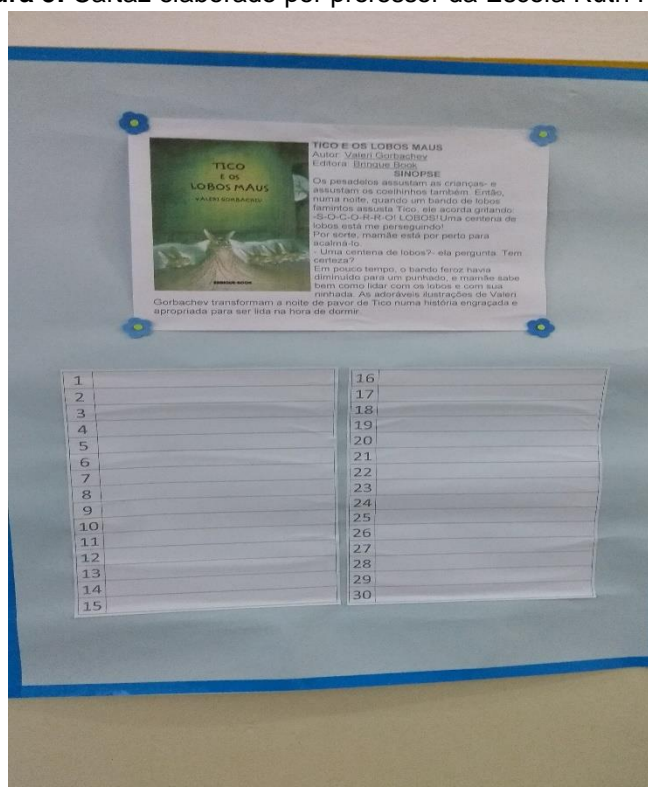
---

<sup>10</sup> <https://novaescola.org.br/conteudo/3955/projeto-entorno-2009-parte-2-sessoes-simultaneas-de-leitura>

às coordenadoras, com a aprovação da ideia foi logo repassado em HTPC aos professores que começaram o planejamento da primeira sessão em outubro de 2016.

O projeto acontece por etapas e tudo se inicia com a escolha do professor pelo livro a ser lido. Seguindo o critério de o livro ser literário, os professores são livres para escolherem sua história preferida. Em seguida, acontece a leitura em HTPC para os colegas, dessa maneira todos podem conhecer as leituras que irão acontecer e podem dar sugestões à leitura do colega. Com a leitura pronta, vem a divulgação do livro. Os professores escrevem uma pequena resenha da história e fazem um cartaz com a capa do livro, como na imagem a seguir.

**Figura 5:** Cartaz elaborado por professor da Escola Ruth Rocha



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Com todos os cartazes prontos, é função da coordenadora expô-los em um lugar acessível às crianças. Vale ressaltar que não é colocado nenhum tipo de identificação dos professores nos cartazes, somente informações da história. Portanto, no dia combinado cada professor leva sua turma para conhecer as histórias. Ele lê todas as resenhas e os alunos ficam livres para escolherem a história que mais

interessou. No cartaz há uma lista para que a criança coloque seu nome e se inscreva naquela sessão de leitura.

**Figura 6:** Professora da escola Ruth Rocha apresentando os cartazes



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

**Figura 7:** Aluna da escola Ruth Rocha escolhendo a história



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Por essa razão, as turmas de crianças se misturam e em cada sessão podem haver crianças do pré ao quinto ano no mesmo grupo. Esse é um grande diferencial do projeto, a interação entre as faixas etárias. Assim sendo, na semana seguinte no dia e hora marcados, todas as escolas do município param suas atividades para realizar a sessão simultânea de leitura. Todos os alunos saem das salas e aguardam no pátio, cada professor segura seu livro e chama os inscritos para ouvir sua história.

**Figura 8:** Professora durante a Sessão Simultânea de Leitura



Fonte: Registro feito pela autora em ambiente da escola (2017).

Após o momento da leitura, todas as crianças retornam as suas salas e compartilham com os colegas e o professor a história que ouviu. Dessa maneira, ele pode influenciar outras crianças a querer conhecer aquela história também.

A coordenadora C5 nos relatou que em sua escola, além desses projetos do programa Ler e Escrever e os instituídos pela DME, há também um projeto de leitura para o Pré I e II. O projeto chama-se Biblioteca Circulante e foi criado pela coordenação da escola. O projeto foi apresentado e aprovado pelos professores da educação infantil (Pré I e II) que o colocaram em prática a partir do ano de 2016.

#### **Coordenadora C5**

P: Como que funciona esse projeto do pré?

C5: Então, é diferenciado por isso, porque a gente insere a família junto, né, então uma vez na semana, geralmente, tem professores que trabalham até mais, mas a gente dá prazo assim de uns dois, três dias pra criança tá levando e marcando, geralmente na quinta-feira a criança leva uma maletinha com o projeto em si, né, o objetivo do projeto, explicando pro pai como trabalhar com esse projeto, aí leva na maletinha o livro e o pai sabe quando ele vê lá, já vai as atividades avulsas pra criança estar fazendo, né, e o pai lê e relata pra nós como foi essa leitura se ele gostou, se ele não gostou, se foi prazerosa, o que ele sentiu, o que o filho sentiu, né, sobre essa leitura e geralmente, as crianças é lê e eles fazem o relato

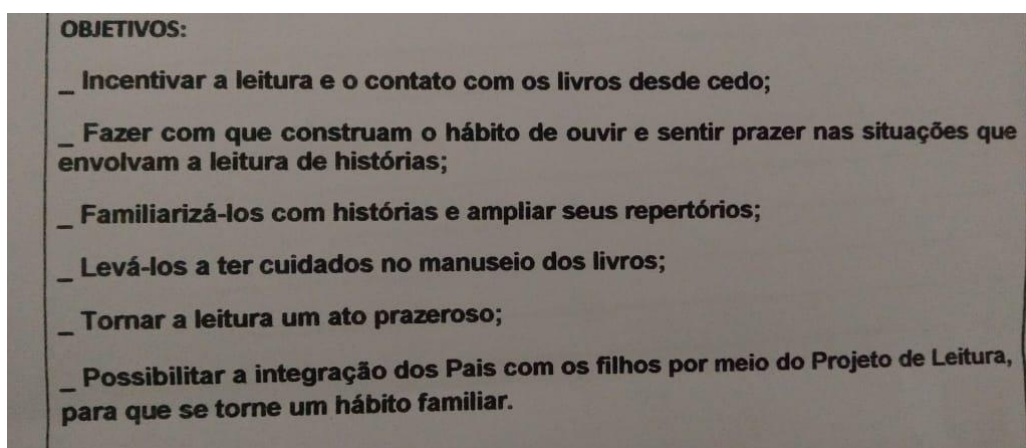


da maneira deles e o relato da maneira deles é o desenho, mas é muito interessante, eles gostam muito. E é o que eu te falei, é um livro com um teor, uma qualidade melhor pra eles.

Portanto, todas as quintas-feiras as crianças levam para casa um livro e uma atividade para registro. Os pais/responsáveis também recebem um resumo do projeto para que possam entender melhor e participar. Nesse resumo há orientações e dicas para a hora da leitura, como a escolha de um horário apropriado dedicado somente a criança e um local tranquilo.

De acordo com o resumo levado pelos pais, os objetivos do projeto Biblioteca Circulante são:

**Figura 9:** Objetivos do projeto Biblioteca Circulante



Fonte: Dados coletados pela autora em documento disponibilizado pela escola (2017)

Como pode ser observado, há a preocupação da escola em repertoriar os pequenos no início da sua formação leitora. A coordenadora nos relata, ainda, que no início as crianças só tinham acesso aos livros de pouca ou nenhuma qualidade literária, pois havia uma preocupação com a conservação do acervo. No entanto, no decorrer do projeto, os professores juntamente com a coordenação sentiram a necessidade de colocar nas pequenas mãos os mesmos livros que eram oferecidos às crianças do ensino fundamental, com qualidade estética e literária. Até a nossa última visita à escola em 2017 o projeto estava vigente.

Sabemos que em muitos casos há relutância por parte da equipe docente em executar esses projetos de leitura, pois já são cobrados por diversas outras tarefas burocráticas do sistema escolar. Por essa razão, questionamos as coordenadoras se

todos os seus professores realizam essas atividades. A seguir, as respostas de C3 e C5.

**Coordenadora C3**

P: Bom, então aqui todos os professores executam os projetos?

C3: Sim

P: Todos estão envolvidos?

C3: Sim, alguns tem uma resistência não, não, acho que pelo fato não assim de resistência a não fazer, porque tem que ser muito estudado, então a resistência maior é essa, é estudar, é a mudança de perfil, você sabe tem professor, né, que é difícil de tá com a cabecinha aberta, mas graças a Deus assim, a gente não tem nenhum professor que resiste a não trabalhar não, todos trabalham.

**Coordenadora C5**

P: Esses projetos, mesmo os que já vem no Ler e tal, houve alguma recusa de algum professor que não quis trabalhar, se opôs...

C5: Olha, as vezes eles se queixam um pouquinho, mas geralmente fazem, né, porque eles reclamam as vezes de muita coisa, de muito... de ta passando... principalmente na época de avaliações, né, mas geralmente eles fazem, viu, que nem esse agora duas vezes na semana, esse outro horário aqui na biblioteca é realmente pra isso, pra estarem trabalhando roda de jornal, fazendo a leitura compartilhada, realizando a leitura com o aluno, ai o aluno lê uma frase, o outro lê outra, o professor conta, eles recontam, então é uma forma também de estar trabalhando, né, e no começo eles ficaram meio assim, mas agora já virou rotina, então eles acostumam, né, e a gente.. eles reclamam um pouquinho, mas acabam fazendo e se torna prazeroso, porque tudo o que é novo dá medo, né, então não sabe como vai ser feito, como vai ser realizado, mas depois que faz uma ou duas vezes.. a leitura simultânea, no começo a leitura simultânea foi um pesadelo, né, (...)

As respostas das duas coordenadoras resumem o que foi dito em todas as entrevistas. No início dos projetos, alguns professores se queixam da quantidade de trabalho, mas como nos diz C3 há também a dificuldade em aceitar o novo, o diferente, é a dificuldade em mudar.

Indagamos as coordenadoras sobre a presença desses projetos de leitura no projeto político pedagógico das escolas e todas afirmaram que os projetos constam

no PPP, desde o programa Ler e Escrever, os instituídos pela DME e os individuais da escola. De acordo com os objetivos e a metodologia dessa pesquisa, iríamos analisar os PPP de cada escola em busca desses projetos de leitura e do uso da biblioteca escolar.

Devemos esclarecer que não tivemos acesso total aos PPP das escolas participantes, sendo que somente duas disponibilizaram-no para leitura durante os momentos de observação. As demais escolas alegaram que o documento estava em reformulação junto a DME e por isso não era possível termos acesso. Em outros momentos ligamos e tentamos fazer a leitura do PPP, porém sem sucesso, em todas as vezes éramos avisadas que o documento se encontrava em correção. Por essa razão, julgamos necessário a retirada desse objeto de pesquisa da composição do trabalho, por termos acesso somente a dois PPP o que corresponde a menos da metade das escolas pesquisadas.

Dessa forma, para uma melhor explicitação da realidade encontrada no município, decidimos nos ater aos outros dois instrumentos da pesquisa: a entrevista semiestruturada e a observação não-participante, pois através deles conseguimos obter um número consistente de dados.

Prosseguindo nas entrevistas com as coordenadoras, perguntamos sobre os materiais utilizados para os projetos de leitura, além do objeto livro. A coordenadora C1 afirma que além de livros os professores usam fantoches para as histórias. C2 relata que o Datashow e áudio-livro são muito utilizados pelos professores e também constam nos projetos do programa. C3 responde que é raro, mas alguns professores usam a sala de vídeo ou o Datashow para complementar o assunto tratado em sala. Já C4 afirma que o Datashow é muito utilizado, principalmente pelo professores dos quintos anos na elaboração e correção de textos. No entanto, C5 nos relata que é muito difícil algum professor usar algo diferente, raramente os professores do terceiro ao quinto ano levam os alunos para a sala de vídeo.

Para finalizar essa parte da entrevista buscamos saber o mais importante: o uso da biblioteca dentro desses projetos de leitura. Entendemos que para a formação do leitor ocorrer de forma plena, há a necessidade de incluir nesse processo um local específico designado à leitura.

Sobre as atividades acontecerem dentro do espaço da biblioteca todas as coordenadoras afirmam que sim, os projetos de leitura acontecem também dentro da biblioteca. C5 relata que estão reorganizando um espaço na biblioteca para acontecer as contações de histórias.

**Coordenadora C5**

C5: (...) por isso que nós estamos querendo agora montar aquele espaço diferenciado, a gente tá querendo colocar um tapete, os fantoches, né, porque ai eles vão ter essa atividade ali naquele outro espaço, porque geralmente elas vêm, sentam com eles aqui e fazem essa contação de história.

Essa contação de histórias é feita toda semana pelo próprio professor, podendo ocorrer também a troca de professores de sala, levando mais dinamismo a esse momento. C2 não possui um espaço para biblioteca na sua escola, mas afirma que esse não é motivo para não se trabalhar a leitura, seus professores levam os alunos para outros lugares da escola, como o pátio, quadra, refeitório e realizam contações de histórias e leituras compartilhadas.

A fala da coordenadora C4 nos traz uma preocupação. Sua escola conta com um espaço grande para a biblioteca, sendo até ampliado recentemente, segundo a diretora D4, para melhor atender às crianças. No entanto, ao perguntarmos sobre a utilização da biblioteca nos projetos desenvolvidos C4 nos responde que as discussões dos projetos de leitura acontecem mais na sala de aula, os professores usam a biblioteca quinzenalmente. A fala da coordenadora mostra a desvalorização desse espaço que, nesse contexto, não tem prioridade para a formação do aluno leitor.

Dessa maneira, observamos um uso regular dos espaços de biblioteca nas escolas e podemos considerar que, de fato, elas integram os projetos de leitura das escolas, mesmo que, em alguns casos, de maneira tímida.

## **“TÁ PRONTA IZA?” – SIM, TO PRONTA PRA RECOMEÇAR!**

Este texto teve a finalidade de registrar a pesquisa que fizemos a respeito das bibliotecas escolares em cinco escolas públicas municipais de ensino fundamental – Ciclo I, de Pirapozinho, Estado de São Paulo. O objetivo principal da investigação realizada foi verificar se essas escolas têm bibliotecas escolares de acordo com a lei federal n. 12.244/2010 e, quando a possuem, se estão adequadas aos Parâmetros para Bibliotecas Escolares. Durante a pesquisa realizamos a revisão bibliográfica do conhecimento produzido na área, como também a observação do funcionamento das bibliotecas, seus horários e regras e a identificação das ações de leitura no PPP da escola. Foram coletados dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas com as diretoras das escolas e com as coordenadoras pedagógicas, bem como da análise documental para analisar o Projeto Político Pedagógico de cada instituição.

Nosso percurso de estudo e de trabalho na educação instigou-nos a conhecer mais a respeito do acesso à leitura e conseqüentemente a investigar sobre o papel dispensado à biblioteca da escola, na perspectiva do desenvolvimento da leitura e da formação do leitor, da aquisição e ampliação da cultura letrada e do acesso a bens informacionais e culturais. Assim, realizamos esta pesquisa tendo como elemento nuclear a importância que a biblioteca escolar tem para a formação de sujeitos leitores, e, em decorrência, o destaque que a temática do ensino da leitura merece na atual conjuntura da educação brasileira.

Outra questão que mereceu a nossa atenção ao selecionarmos o objeto de pesquisa, diz respeito às políticas voltadas para a implantação e implementação das bibliotecas nas escolas e a conseqüente normatização desses espaços. Numa perspectiva qualitativa, buscamos atingir os objetivos traçados realizando a coleta de dados por intermédio da análise documental, da realização de entrevistas semiestruturadas e da observação sistemática.

O registro desse estudo foi organizado em cinco tópicos que tiveram a intenção de elucidar os objetivos específicos que havíamos selecionado como elementos norteadores de nossa investigação.

No primeiro tópico, buscamos elucidar a nossa opção pelo objeto de análise – biblioteca Escolar – bem como, identificamos o campo da pesquisa os percursos metodológicos selecionados.

No segundo tópico registramos, de forma sintética e reflexiva, as análises que fizemos sobre as áreas de conhecimento que dão sustentação ao trabalho investigativo realizado. Para isso, procedemos ao levantamento bibliográfico, teórico e documental sobre a temática das bibliotecas escolares no Brasil e suas contribuições para a formação de leitores.

A seguir, buscamos aprofundar e explicitar nossos conhecimentos sobre a lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Objetivamos, com esse procedimento, além de analisar as políticas nacionais de implantação e implementação das bibliotecas escolares, mapear as ações e articulações que estão sendo planejadas para a utilização das bibliotecas escolares e seus desdobramentos no município de Pirapozinho/SP.

No quarto tópico, tendo como referencial os estudos elencados acima, procedemos ao registro e a análise dos dados coletados sobre as bibliotecas escolares existentes no município de Pirapozinho/SP. Para isso, coletamos junto aos gestores escolares suas percepções sobre a função da biblioteca escolar e também identificamos e analisamos as formas de organização dessas bibliotecas naquele município. Com esse procedimento, pudemos verificar como esses espaços de formação do leitor se encontram frente ao nível básico, segundo os Parâmetros (GEBE/UFGM/CFB/CRB).

Concluimos o registro de nossa pesquisa com um quinto tópico, buscando explicitar como ocorre a mediação para a formação leitora nas bibliotecas escolares analisadas.

Dos estudos realizados ficou evidente que em um país onde mais de 80 milhões de pessoas se declaram não leitoras e que pouquíssimos admitem serem frequentadores de bibliotecas, amplia-se a importância da oferta de diferentes espaços culturais, especialmente das bibliotecas públicas escolares, com acervos diversificados e atualizados e, com estratégias pedagógicas que garantam o direito à leitura como política pública de Estado. Isso porque entendemos que a formação plena dos educandos pressupõe oportunidades de realização de leituras significativas, aquelas que revelam e exigem posicionamentos, e que podem colaborar significativamente na mudança de rumos e, conseqüentemente, na busca de uma vida mais plena e produtiva em sociedade. Ser leitor autônomo e experiente é condição

que só se efetiva quando há acesso a bens culturais. Esse acesso não deve ser compreendido como simples proximidade com os livros e/ou outros objetos culturais, mas como condição para que se realize em situações de práticas sociais reais. Daí a importância da existência de bibliotecas escolares que ofereçam condições para a formação de leitores experientes e autônomos.

Ao analisarmos o panorama histórico da biblioteca escolar no Brasil, ficou a certeza de que, ao longo da história a biblioteca escolar foi concebida como dispensável para o processo de educação formal. Isso se evidencia pelo fato de poucas escolas possuírem uma biblioteca, e muitas das que existem estarem em estado de abandono e funcionando em condições precárias. Essa perspectiva representa um equívoco diante das elevadas taxas de analfabetismo que teimam em permanecer na população brasileira e dos dados alarmantes denunciados pela 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2015). Ao estudarmos as políticas públicas destinadas ao livro, leitura e biblioteca escolar, pudemos inferir que no Brasil ocorre a priorização de políticas de distribuição de livros e não de políticas destinadas principalmente à formação de leitores.

O que identificamos nas escolas que pesquisamos é a ausência de uma biblioteca escolar que contemple ao que está previsto no documento Parâmetros para Bibliotecas Escolares: “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento” (GEBE). Ainda que essas escolas atendam ao que está determinado na Lei n.12.244/2010, que apesar de omissa e inconclusa, universaliza a biblioteca escolar em todas as instituições de ensino do país. Todas as cinco escolas pesquisadas têm biblioteca escolar – coleção de livros – no entanto, não se observa nelas o que está proposto nos Parâmetros para Bibliotecas Escolares, que considera a biblioteca como o espaço físico, para além de um depósito de livros.

Dos dados coletados entre as educadoras ficou evidente a ocorrência de um fato que é comum nas escolas brasileiras: pela falta de espaço para novas salas de aula, desalojam-se as bibliotecas. De forma geral, as bibliotecas escolares estão dispostas em espaços que não oferecem conforto para receber pelo menos uma turma de alunos, pois o ambiente é pequeno, o mobiliário é incompleto, sendo organizado com o que sobrou de outros ambientes da escola. Nem sempre a iluminação está de acordo com a necessidade para a realização de uma leitura qualificada. A falta de

local adequado para o funcionamento da biblioteca não é recente, muito pelo contrário, é histórica. Por isso, é preciso reforçar a denúncia de que na instituição escolar, que é culturalmente organizada para a formação do leitor, existe apenas um único espaço reconhecido para esse fim: a sala de aula.

Da análise dos dados coletados é possível concluir que o número de livros no qual as crianças tem acesso é bastante restrito, em algumas escolas eles se resumem em uma pequena estante ao fundo da biblioteca. A organização dos livros, algumas vezes dispostos um em cima do outro, é também um fator dificultador para a livre escolha e para um contato real com os livros.

As escolas pesquisadas também não contam com serviços técnicos desenvolvidos por um profissional da área, no caso, um bibliotecário, mas algumas contam com um funcionário deslocado para essa função. Lembrando que a função do profissional bibliotecário escolar não é somente o guardião dos livros, ou alguém responsável por organizar e catalogar o acervo, suas funções vão além, pois devem estar a serviço da formação leitora dos alunos.

Da análise das respostas dadas pelas gestoras fica evidenciada uma visão restrita da biblioteca escolar, como se somente fosse necessária a presença de livros e só estes fossem materiais de informação. Não percebem a biblioteca como um espaço de prazer, como uma unidade orgânica da escola e que deve compor seus projetos educativos, além de ser utilizada como um recurso básico no processo de ensino.

Também observamos um discurso que foi sendo reiterado nas falas das gestoras em diferentes momentos. Frases como “Ler é bom” foram ditas diversas vezes, mas o que notamos foi a presença de um discurso anunciado e não vivenciado pela equipe gestora, pois há a ausência do que seja, realmente, a função de uma biblioteca escolar e, por isso, não são feitas ações concretas que viabilizem a utilização desse espaço.

Diante do exposto temos um outro problema que é a falta de uma política municipal de leitura. São meios de incentivos e formação de mediadores de leitura que não cabem somente às equipes gestoras de cada escola, mas deve ser algo proposto pela administração municipal juntamente com a secretaria de educação.



Conforme a pesquisa se constrói e se desdobra, ela também constrói o pesquisador que está sempre em busca de respostas. Ao concluir esse texto fica a certeza de que muito mais havia para ser visto e escrito, mas no limite da pesquisa realizada, não conseguimos ir além do que aqui foi registrado. Fica o desejo de que tenhamos condições de que, na continuidade de nossa constituição como pesquisadora e professora, consigamos refletir de forma mais aprofundada sobre as condições que são dadas para a formação do leitor nos espaços destinados às bibliotecas escolares.

## Referências

ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Frederich Ebert, 2008.

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. A coleção da biblioteca escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 29-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009, p. 205-218.

ANTUNES, Celso. **Biblioteca escolar - A vinda do livro ao Brasil colonial**. 1999. Disponível em: [http://www.educacional.com.br/articulistas/celso\\_bd.asp?codtexto=530](http://www.educacional.com.br/articulistas/celso_bd.asp?codtexto=530) Acesso em 13 dez. 2017.

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009, p. 157-185.

BALÇA, Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva. Vamos à biblioteca! – O papel da biblioteca escolar na formação de crianças leitoras. **Nuances**, v. 13, n. 14, p. 207-220, jan/dez, 2006.

BATISTA, Josany Leme da Silva. **Organização e funcionamento do programa sala de leitura nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente**. 2015. 97 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

BRANDÃO, Claudia Leite. **Programa Nacional Biblioteca da Escola: mudança, permanência e extinção**. In: XIII Congresso Nacional de Educação – Educere “Formação de professores: contextos, sentidos e práticas”, Curitiba/PR, 2017, p. 18816-18828.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca, TREVÉLIN, Fátima Gil de Oliveira. **O “Programa Ler e Escrever” no contexto de uma escola municipal**. In: Revista Online de Política e Gestão Educacional, v.11, n.1, p. 167-189, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1. ed. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 12.244** de 24 de maio de 2010.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 47-49.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Biblioteca escolar e acervo de classe. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 51-53.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Como o diretor da escola percebe a biblioteca escolar e o bibliotecário. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 57-72.

CAMPELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra, LIMAS, Rubeniki Fernandes, SOUSA, Thaís Gabrielly Fernandes. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v.10, n.2, p. 39-58, ago, 2016.

CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, M. do A. **A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. *Presença Pedagógica*, v.6, n. 33, maio/jun. 2000.

CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, M.A. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares / Grupo de estudos em biblioteca escolar; Bernadete Campello (Coordenadora)**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2010.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 17-19.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 21-23.

FILHO, Cláudio Marcondes de Castro, JUNIOR, Claudinei Coppola. **Biblioteca Escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para implantação**. *Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto*: v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012.

CERRILLO, Pedro C., LARRAÑAGA, Elisa, YUBERO, Santiago. Libros, lectores y mediadores. In: CERRILLO, Pedro C., YUBERO, Santiago (Coord.) **La formación de mediadores para La promoción de La lectura: contenidos de referencia Del Máster de Promocion de La Lectura y Literatura Infantil**. Cuenca: CEPLI, 2003, p. 229-236.

CORRÊA, Hércules Toledo, FEBA, Berta Lucia Tagliari, SOUZA, Renata Junqueira de. **Acervos de bibliotecas escolares e a formação de pequenos leitores**. In: Educação em Foco, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 125-144.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

EGGERT-STEINDEL, G.; FONSECA, C. F. **A biblioteca escolar**: participante da promoção da justiça e êxito escolar. In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da e DAROS, Maria das Dores Daros (Org.). Florinópolis: Ed. UFSC, 2010.

FRAGOSO, Graça Maria. A lei e seus desdobramentos. Salto para o Futuro: **Biblioteca escolar**: que espaço é esse? Brasília, DF: ano XXI, boletim 14, p. 12-17, out. 2011. Disponível em <<http://amormino.com.br/livros/20150213-biblioteca-escolar-que-e.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

FEBA, Berta Lucia Tagliari. VINHAL, Tatiane Portela. Biblioteca escolar e mediação de leitura para a formação do leitor literário. In: SOUZA, Renata Junqueira de. FEBA, Berta Lúcia Tagliari (orgs.). **Ações para a formação do leitor literário**: da teoria à prática. Assis, SP: Storbem, 2013, p. 169-186.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. rev. ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Maria Mary. **Biblioteca, leitura e informação no contexto das políticas públicas**: um olhar sobre o Brasil da era Lula/Dilma. In: Conferência sobre tecnologia, cultura e memória. Anais eletrônicos, Pernambuco, 2013.

FILHO, Cláudio Marcondes de Castro, JUNIOR, Claudinei Coppola. **Biblioteca Escolar e a lei 12.244/2010**: caminhos para implantação. Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto: v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRUPO DE ESTUDOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES DO D.F. **A utopia da biblioteca escolar na rede oficial do Distrito Federal**. Boletim ABDF Nova Série, Brasília: v. 9, nº 2, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Janaina. **Biblioteca escolar e Políticas Públicas de Incentivo à Leitura**: de Museu de Livro a Espaço de Saber e Leitura. (Dissertação de mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010.

JOUVE, V. **A leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 1989.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Trad. E adapt. por Bernadete Santos Campello et all. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1986.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

LERNER, D. **Ler e Escrever na Escola**: O real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Leonardo Montes. BALÇA, Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva. Biblioteca escolar: espaço do saber, espaço do leitor. In: SOUZA, Renata Junqueira de. FEBA, Berta Lúcia Tagliari (orgs.). **Ações para a formação do leitor literário**: da teoria à prática. Assis, SP: Storbem, 2013, p. 137-155.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Neusa Dias de (org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: SENAC; Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª região, 2005.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, Briquet de Lemos, 2006.

MOTOYAMA, Juliane Francischeti Martins, SANTOS, Izabele Dias dos, SILVA, Gabriele Góes. Mediadores para além do ambiente escolar: o que nos dizem acadêmicos de Pedagogia e Letras. In: FEBA, Berta Lúcia Tagliari, SOUZA, Renata Junqueira (Org) **Mediação de leitura**: espaços e perspectivas na formação docente. Ed. Copiarte, 2017, p. 12-44.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOBREGA, Nanci Gonçalves da. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. YUNES, Eliana. (Org.). **Pensar a leitura**: complexidades. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937–1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Patrícia Cristina Rodrigues de. **A biblioteca escolar na legislação da educação brasileira**: trajetórias, ausências e presenças. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Biblioteconomia e Documentação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RESENDE, V. M. **Literatura Infantil e Juvenil**. Vivências de leitura e expressão criadora. RJ: Saraiva, 1993.

**Retratos da leitura no Brasil 4**. Organização de Zoara Fallia. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia, ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, .35, n.3, p. 183-193, set/dez, 2006.

SALA, Fabiana, MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. **Biblioteca escolar no Brasil**: origem e legislação nacional educacional. In: XIII Congresso Nacional de Educação – Educere “Formação de professores: contextos, sentidos e práticas”, Curitiba/PR, 2017, p. 4669-4685.

SECCHI, Leonardo. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage learning, 2012, p. 1-21.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Levantamento das condições bibliotecárias das escolas do município de Campinas**. Campinas: FE-UNICAMP, 1978. (mimeo.)

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e Leitura**: ensaios. São Paulo: Mercado de Letras, 1998

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, Lílian Lopes Martin da. FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. SCORSI, Rosalia de Ângelo. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar.

In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009, p. 49-67.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009, p. 115-135.

SILVA, Waldeck Carneiro. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Ano 8, n. 16, jul/dez. 2006. p. 20-45.

TEIXEIRA, Eliana. Política educacional e biblioteca escolar. In: ROSING, Tania Maria. BECKER, Paulo. **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo, RS: UPF editora, 2002.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades** (Dissertação de mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIANNA, Marcia Milton. A organização da coleção. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 43-46.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

# APÊNDICES



## Apêndice I

### Entrevista

#### *Coordenador Pedagógico*

##### *A. Formação*

1. Nome
2. Formação acadêmica
3. Tempo de magistério

##### *B. Espaço*

1. Qual é a sua opinião sobre o papel da biblioteca?
2. Como você define o espaço da biblioteca? Comporta uma turma inteira de crianças? É possível realizar alguma atividade com uma sala inteira dentro desse espaço?
3. Como funcionam os empréstimos? As crianças podem levar os livros para casa? Como isso é controlado?
4. Há computadores na biblioteca? Quantos? Quem tem acesso?
5. Há um funcionário responsável pela biblioteca?
6. Qual é a função desse funcionário na biblioteca?
  - ✓ Acervo?
  - ✓ Atendimento?
  - ✓ Mediação?
  - ✓ Leitura do aluno?
  - ✓ Auxílio ao professor?
  - ✓ Auxílio a pesquisa?

##### *C. Acervo*

1. Além de livros, a biblioteca conta com outros materiais de informação? Atlas? Revistas? Jornais? Dicionários?
2. As crianças têm acesso ao acervo da biblioteca?
3. Os professores usam os livros da biblioteca ou trazem de casa?
4. Como os livros estão organizados na biblioteca? Ordem alfabética, faixa etária?
5. A lei nº 12.244/2010 determina que na biblioteca deve ter o mínimo de 1 livro por aluno matriculado. Há nessa escola pelo menos 1 livro por aluno?

6. Os livros didáticos que não foram entregues aos alunos ficam na biblioteca?
7. A lei nº 12.244 está em vigor desde 2010, ela dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país. Você conhece essa lei?
8. Essa lei dá um prazo de 10 anos para todas as instituições de ensino se regularizarem, esse prazo se encerra em 2020. Você considera possível os municípios conseguirem se adequar?

*D. Mediação*

1. A escola conta com algum projeto de leitura? Está no Plano escolar?
2. Que projetos são esses? Quem escreveu esse(s) projeto(s)? Na teoria ele deveria ser colocado em prática por todos os sujeitos da escola? Isso acontece?
3. Todos os professores o executam?
4. Dentro dos projetos, os professores usam, além do livro, algum outro material de informação?
5. Como os professores usam a biblioteca? Usam para os projetos?
6. Há alguma atividade que acontece na biblioteca, como por exemplo, contação de histórias? Quem os executam?
7. Em que espaços se trabalha com a leitura?
8. Alguns autores da área da biblioteca (Carvalho, 1981, Costa 1975) afirmam que a leitura está no centro das funções da biblioteca escolar. Gostaria de saber se nessa escola o ensino da leitura também acontece no espaço da biblioteca escolar?
9. A biblioteca é usada para pesquisa e feitura dos trabalhos extraclasse?

## Apêndice II

### Entrevista

#### *Diretor*

##### *A. Identificação*

1. Nome
2. Formação acadêmica
3. Tempo de magistério

##### *B. Espaço*

1. A escola tem biblioteca?
2. Essa biblioteca está em espaço próprio, compartilhado ou improvisado?
3. O que você considera ser a biblioteca ideal? O que falta para a sua biblioteca ser ideal?
4. O mobiliário da biblioteca está adequado a faixa etária dos alunos da escola?
5. Como você considera as condições físicas da sua biblioteca? São favoráveis a pesquisa, leitura, acesso a informação pelos alunos? É iluminada? Arejada? Espaçosa?
6. Há um funcionário responsável pela biblioteca? (Se a resposta for não, por quê?)
7. Qual é a função desse funcionário na biblioteca?
  - ✓ Acervo?
  - ✓ Atendimento?
  - ✓ Mediação?
  - ✓ Leitura do aluno?
  - ✓ Auxílio ao professor?
  - ✓ Auxílio a pesquisa?
8. Qual é a sua visão sobre o papel da biblioteca?
9. A biblioteca tem horário de funcionamento para as crianças? Qual?

##### *C. Acervo*

1. A escola faz compras de livros? Com que frequência? De onde vem o recurso?
2. É adotado algum critério para essa compra? Quem escolhe o que é comprado?
3. Como você classifica a maioria dos livros da sua biblioteca: novos ou velhos?
4. Vocês receberam acervos de programas governamentais? Quais?
5. Os professores tem acesso a esses acervos? Como?

6. Há algum estímulo da gestão para divulgar esses materiais, sejam os livros infantis ou teóricos?
7. Como é a divulgação para os professores dos acervos enviados pelo PNBE? E os periódicos?
8. Qual é o número aproximado de obras de literatura infantil hoje na biblioteca? E livros didáticos? Paradidáticos?
9. A lei nº 12.244 está em vigor desde 2010, ela dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país. Você conhece essa lei?
10. Essa lei dá um prazo de 10 anos para todas as instituições de ensino se regularizarem, esse prazo se encerra em 2020. Você considera possível os municípios conseguirem se adequar?
11. Qual a sua opinião a respeito do papel da biblioteca na formação do pequeno leitor?